

PORTUGAL democrático

- * O heroísmo de Jaime Cortesão — Adolfo Cais Monteiro — pág. 8
- * Cai sobre nós esta vergonha, mulheres — Maria Archer — pág. 5
- * Julio de Mesquita Filho e Portugal — Miguel Urbano Rodrigues — pág. 2
- * O Natal do Preso Político — pág. 6
- * "Pele", de Henrique Galvão — João Alves das Neves — pág. 6

ANO III — N.º 20

SÃO PAULO, JANEIRO DE 1959

Cr\$ 3,00

Cerejeira contra Salazar

Quando o bispo do Porto, D. Antonio Ferreira Gomes, tornou pública a sua celebre declaração de voto, previmos nestas colunas o próximo rompimento entre a hierarquia do clero português e o regime. Mais cedo do que esperavamos, os fatos vieram dar-nos inteira razão. O conflito entre o governo salazarista e a Igreja está aberto.

O ditador, que imaginava os católicos indissoluvelmente ligados à sua pessoa e aos destinos do Estado Corporativo, teve a maior das desilusões durante as eleições de junho, ao verificar que as juventudes cristãs figuravam na primeira linha das forças que se manifestavam contra o seu despótico e interminável consulado. Na sua cegueira, julgou o Sr. Salazar que passada a tormenta era preciso castigar as ovelhas que se haviam transviado do rebanho de Cristo, para dar uma lição aos "bons católicos" e lembrar-lhes que o representante do Senhor na doce terra portuguesa era ele próprio Oliveira Salazar. E zangou-se! Disse da sua amargura, da dor que lhe causara a ingratitude dos que tudo lhe deviam; fulminou os que o haviam abandonado com a sua cólera, chamou-lhes mesmo aliados de Moscou, o que na sua boca tinha um significado terrível.

O seráfico professor de Santa Comba, homem desatualizado e de horizontes limitadíssimos que, dia após dia, apresenta sintomas de uma lamentável diminuição de faculdades intelectuais, foi mesmo mais longe, cometendo o maior erro da sua vida: proibiu os seus ministros de assistirem às grandes cerimônias em que é tradicional a presença dos membros do governo. Aconteceu assim que, no dia da padroeira de Portugal, a Senhora da Conceição, os genuflexivos da Sé de Lisboa reservados às altas personalidades do regime se encontravam vazios, durante o solene Te-Deum. O que se passou nessa manhã na vetusta nave da catedral metropolitana pertence já à história. A esperada vingança, a mesquinha desforra arquitetada pelo Sr. Salazar transformou-se em derrota que abalou os já frágeis alicerces do regime. As palavras pronunciadas pelo Cardeal Cerejeira valem por uma condenação do Estado Novo. O eminente purpurado referiu-se ostensivamente à ausência dos membros do governo para lamentar o fato. Mas logo acrescentou, a revelar todo o mundo de coisas subentendidas: "Mas temos conosco este grande e generoso de Lisboa, os filhos muito amados da nossa Patria..."

O Sr. Salazar, decididamente presa de uma colera incontrôlável, replicou dias depois com ameaças veladas de represálias violentas. O Homem Forte não recuará. A sua idéia fixa é submeter o clero e os católicos. Para o conseguir não hesitará inclusive — já o insinuou — em denunciar a Concordata nefanda que ele próprio assinou com o Vaticano.

O Sr. Salazar esquece o exemplo de Peron. Acabará também excomungado por Roma o ditador português? Como há dias escrevia o correspondente em Lisboa de "O Estado de S. Paulo" — "Bem se pode dizer a Igreja de Portugal vai rezar os seus rezos sobre o túmulo político de Salazar. Os seus dias estão contados".



Os católicos e a democracia

por NICOLAS BOER

Portugal Democrático publica, a seguir, o anunciado artigo do padre Nicolás Boer, antigo secretário do episcopado húngaro e professor de teologia na Universidade Católica de São Paulo. Homem de cultura que acompanha com permanente inquietação a marcha das idéias, Nicolás Boer, como universitário, como teólogo e como ensaísta é no Brasil uma das expressões mais altas do pensamento cristão.

Eis um dos temas mais complexos, em que está encerrada toda a problemática, vale dizer, o sentido e a tragédia da vida humana, neste mundo, nesta curva vertiginosa do século vinte. E em relação a essa problemática os católicos não podem deixar de tomar posição. Já o título deste esboço de análise, considerado em si, dá ensejo para malentendidos fatais, pois contém numerosos equívocos, cujo esclarecimento adequado e honesto encheria dezenas de páginas introdutórias de um livro exaustivo e volumoso. Sob o termo "católicos" poderíamos entender a tomada de posição doutrinária e normativa do Magistério Eclesiástico, os autores do direito público eclesial e os filósofos da ordem social, cujas opiniões metafísicas e éticas se inspiram na mensagem do catolicismo e nas grandes correntes da escolástica. Podemos entender também os indivíduos católicos e alguns dos seus grupos, cujas atitudes concretas, positivas, empíricas — verificáveis pela observação sociológica — em numerosos casos contrastam entre si e com os ensinamentos oficiais da Igreja. Tais atitudes são produto de qualidades temperamentais, pessoais ou herdadas, de tradições familiares ou nacionais, do clima político-social de um país ou de uma etapa da evolução social numa determinada época ou num dado ambiente.

O CONCEITO DE DEMOCRACIA

A democracia, porém, é, por sua vez, a noção talvez mais equívoca e de se usa e abusa na nomenclatura moderna. Como noção experimentou

a desgraça de quase todos os termos técnicos da filosofia grega do Estado — monarquia, tirania, aristocracia, oligarquia — pois não podia guardar o seu sentido clássico e unívoco por causa das flutuações constantes da vida política, que lhe atribui sempre outro conteúdo de acordo com sua entelequia e os objetivos especiais. A esse respeito, nada é mais significativo do que o fato de que em nossa época, quase todas as formas de Estado e sistemas de governo, inclusive o comunismo bolchevista (veja-se as "democracias populares"), reivindicam para si o direito e o privilégio exclusivos de representarem a verdadeira e autêntica democracia. Não há que negar, pois, que a democracia exerce poderosa e sugestiva força atrativa sobre a maioria dos povos, ou, pelo menos, sobre aquela parte da humanidade, que, sendo mais consciente e mais evoluída, já está amadurecida intelectualmente e socialmente para compreender a sua mensagem e exercer as tremendas responsabilidades dela decorrentes. De outra forma não se poderia compreender por que as mais diversas orientações políticas fazem questão de identificar-se com os anseios democráticos e de atribuir a si mesmas, com exclusividade, este belo título político-social da nobreza intelectual e humanista que é representado pelo adjetivo "democrático".

A POSIÇÃO DE PIO XII

Essa marcha histórica para a vitória final da democracia só por um tempo transitório e num espaço reduzido foi paralisada pelos regimes fascista e nacional-socialista que, em termos violentos e despiçados, a rejeitaram, combatendo-a no interior e no exterior. O que, porém, é mais importante, principalmente, para nós, é que a Igreja Católica, instituição divina, construída sobre bases estritamente hierárquicas, pelo seu representante mais autorizado (Papa Pio XII, Mensagem de Natal de 1944) tomou posição ao lado da democracia. Essa manifestação pontificia — no plano doutrinário e normativo — não somente suscitou um novo e poderoso impulso, nos círculos católicos, para aceitar, com convicção íntima e operosa, as idéias democráticas, mas também constituiu um novo convite moral para o

mundo inteiro a reexaminar, à luz dos esclarecimentos pontificios, tudo aquilo com que a democracia pode contribuir para a organização política que pode ser considerada a mais perfeita, pelo menos teoricamente.

Se se considerassem apenas esses fatos, essa poderosa corrente histórico-social para a democratização da vida política da Humanidade e mais ainda a tomada de posição autêntica e autoritária do Soberano Pontífice — poderíamos admirar as atitudes concretas, variadas e antagonicas dos católicos, que se dividem entre si, tanto no plano intelectual como no social, quando se trata de definir suas relações com o regime democrático. Três tipos de atitudes estão mais em evidência.

Em largos círculos de católicos, ainda está viva e profundamente enraizada a antiga tradição autoritária, transmitida em sua forma petrificada da época da Revolução e da Restauração, alimentando o espírito saudosista do "antigo regime aristocrático e estruturalmente católico e a desconfiança dos "parvenus" da Revolução e da mensagem racionalista e agnóstica do iluminismo, em cujo nome levantaram estes últimos a bandeira da Revolução.

OS CATÓLICOS DA PENINSULA IBÉRICA PERANTE A IGREJA E O ESTADO

Um segundo grupo de católicos, felizmente o mais numeroso, aceita a democracia, como a realidade político-social do presente, procurando justificá-la ideologicamente, como a instituição da inteligência humana sadia e da moral social. Para eles, essa instituição resultou da identificação, ou, pelo menos da conciliação das exigências práticas da lei natural tomista e dos "direitos humanos" do iluminismo racionalista. Há ainda um terceiro grupo de católicos, que se caracteriza não apenas por um renascente antiliberalismo, mas também por nostálgicas simpatias pelos ideais pré-revolucionários e por uma acentuada inclinação temperamental e intelectual para as ordens autoritárias post-revolucionárias de tipo ibérico. Não se pode negar que nesta antiga e tradicional terra da cristandade ocidental, os católicos — para não pequena tortura espiritual de muitos de seus irmãos na fé e no Corpo Místico, que habitam na Europa e nas Américas — se, como grupos e organização, não participam do poder autoritário, por numerosos representantes seus, o apoiam ou com ele simpatizam, às vezes por motivos religiosos, atribuindo-lhe a inegável mérito de ter oficializado e estruturalmente estabelecido para a Igreja uma posição privilegiada, correspondente à sua consciência de ser a única e verdadeira.

Ao verificar estes fatos, julgamos confirmada a nossa visão teológica da Igreja, que é perfeita, consumada e realizada na sua própria organização, na presença objetiva e eficaz, tanto virtual como operacional, uma tarefa a ser realizada, um "via a ser" na vida dos indivíduos, dos grupos e das gerações. Enquanto homens, mortais, limitados pela natureza finita e atingida pelo pecado, tiveram de traduzir na vida os ensinamentos da Igreja, permanecerá sempre uma tensão, uma polaridade, senão uma contradição dolorosa entre o ideal e o real, a norma e a atitude, a autoridade do Magistério e a liberdade dos indivíduos. As atitudes concretas dos católicos, por influência do seu temperamento, de seu caráter e de sua estrutura mental e por resistência do seu ambiente social, só podem aproximar-se das normas estabelecidas pelo Magistério, que as define à luz da Revelação, sobretudo se elas se referem aos problemas da ordem temporal e da existência e coexistência humana. No entanto, seria sumamente desejável se eles pudessem formar

(Continua na 6.ª pg.)

O Brasil protesta contra o veto salazarista ao diretor de "O Estado de S. Paulo"

A exemplo do que acontecera com as anunciadas conferências em Portugal do líder trabalhista britânico, sr. Aneurin Bevan, o governo fascista de Salazar proibiu que o sr. dr. Júlio de Mesquita Filho, diretor do importante jornal "O Estado de S. Paulo" e uma das figuras brasileiras que, no seu País, mais se tem destacado na luta pela Democracia, fizesse, por seu turno, conferências em Lisboa e no Porto sobre "A marcha das idéias no Mundo Contemporâneo".

O primeiro jornal que deu esta informação foi o "Diário de Notícias", do Rio, informação que, de resto, veio a ser comentada sob ângulos diversos. Ao fim e ao cabo, a notícia confirmou-se: o sr. dr. Júlio de Mesquita Filho não poderá falar em Portugal, enquanto o sr. Oliveira Salazar se mantiver no poder.

CENSURAS NO SENADO

Protestos vários se registraram nos círculos políticos brasileiros contra a decisão do ditador luso. Na Câmara Federal, esta atitude foi acerbamente censurada e, no Senado, o sr. Mem de Sá afirmou, nomeadamente:

"A meu ver a decisão de um governo como o de Salazar contra um homem da envergadura de Júlio de Mesquita Filho constitui para o alvo da ditadura uma nova insignia como que uma comenda de honra". E prosseguiu o senador gaúcho: "A mesquinha, no caso, por paradoxo que pareça, serve para engrandecer ao bravo líder da causa democrática reforçando-lhe a reputação internacional que ele já tem. Pobre Portugal de nossos avós, de tanta gló-

ria passada, agora reduzido ao papel de atropelador da inteligência, por força de um regime que o degrada aos olhos do mundo ocidental, levando-o quase a equiparar-se pelo avesso aos métodos da brutalidade soviética. Nem Júlio de Mesquita Filho precisava da



Julio de Mesquita Filho

distinção que lhe confere o obscurantismo odiado do governo salazarista, pois seu valor, sua cultura, seu passado de lutas lhe são suficientes, nem Portugal merecia sofrer uma tal vergonha. E talvez o ridículo seja pior que tudo neste gratuito afã de prolongar a vida de uma ditadura que, pelo próprio procedimento, mostra saber que tem os dias contados".

O senador Lho de Matos declarou, por sua vez:

"Ao característico dos regimes ditatoriais que coloca muito mal perante a consciência democrática da nossa gente o atual governo da querida terra portuguesa. Negar-se visto na documentação do conhecido jornalista Júlio de Mesquita Filho para visitar Portugal e ali pronunciar algumas conferências é ato que fere a sensibilidade dos nossos meios intelectuais e priva a gente lusitana da presença e da palavra de um dos valores exponenciais da cultura brasileira".

MENSAGEM DO PRESIDENTE ABI

A propósito, o sr. Hebert Moess, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, dirigiu hoje ao sr. Júlio de Mesquita Filho, a seguinte mensagem:

"Prezado confrade Júlio de Mesquita Filho. No momento em que esta Associação acaba de saber que o pre-

(Continua na 2.ª pg.)

O comité dos intelectuais portugueses agradece a solidariedade do Brasil

A propósito das manifestações de solidariedade verificadas por ocasião da prisão dos intelectuais portugueses, decretada pelo sr. Oliveira Salazar, o "Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão" divulgou o seguinte comunicado:

"São Paulo, 13 de dezembro de 1958 — O "Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão" sente-se no grato dever de exprimir ao povo brasileiro, em seu nome e no de todos os portugueses que amam a liberdade e a democracia, profunda gratidão pela solidariedade com que se manifestou perante a última violação da ditadura do sr. Oliveira Salazar, mandando prender os srs. Jaime Cortesão, Antonio Sergio, Mario de Azevedo Gomes e Vieira de Almeida.

Não nos resta a menor dúvida de que as inúmeras manifestações de protesto que se fizeram ouvir no Brasil, vindas das mais diversas instituições e dos mais variados setores políticos e intelectuais, tiveram influência decisiva na libertação dos quatro ilustres representantes da cultura portuguesa. O Brasil mostrou assim aqueles que há 32 anos dominam o nosso país pela violência e pelo terror, que a solidariedade luso-brasileira é um fato que os os verdadeiros laços entre as duas nações têm como fundamento, a defesa da liberdade e da democracia, e que só terão sentido efetivo no plano dos entendimentos entre governos quando um regime democrático representar o povo português nos contactos oficiais entre os nossos países.

Este Comité quer, todavia, alertar a opinião pública brasileira para o fato de que, embora postos provisoriamente em liberdade aqueles ilustres intelectuais, isso não os isenta de todos os riscos do processo a que estão sujeitos, risco que pesa igualmente sobre o general Humberto Delgado, ao qual a ditadura pretende inutilizar na sua carreira militar e na sua atividade política. Ora, tal processo não será violência menor do que a prisão já sofrida, pois o motivo desta e do processo consiste num escrito, de termos bem comedidos, em que os cinco protestavam contra a recusa de autorização para que o sr. Aneurin Bevan fizesse conferências em Portugal. E para que o povo brasileiro possa verificar até que extremos vai em Portugal o impedimento da opinião, transcrevemos o texto incriminado distribuído "ilegalmente" no país ou seja, proibido de ser publicado na imprensa.

"A propósito de uma nota aparecida hoje na imprensa diária, os cidadãos portugueses que se propõem realizar uma obra de intercâmbio intelectual com o estrangeiro, da qual fará parte a vinda ao nosso país de personalidades representativas das grandes correntes culturais contemporâneas — obra que se deseja iniciar por conferências do grande expoente do trabalho britânico, sr. Aneurin Bevan — declaram o seguinte:

"1 — O sr. Bevan não viria aqui tratar de assuntos internos portugueses, mas de temas de interesse universal, pelo que são infundadas todas as insinuações sobre qualquer intervenção, neste caso, de estrangeiros nos nossos negócios internos;

"2 — em todos os países é uso fazer traduzir por interpretes as palavras de qualquer conferência que fale em língua não compreendida por todos os assistentes, praxe correntíssima nas reuniões internacionais — quer políticas, quer científicas, artísticas ou esportivas — o que deve ser perfeitamente conhecido pelo governo;

"3 — a língua inglesa faz parte dos programas liceais, dos das secções de Filologia Germanica das Faculdades de Letras; é ensinada

Aos assinantes do Rio de Janeiro

Comunicamos aos assinantes do Rio de Janeiro que todos os assuntos referentes ao nosso jornal, incluindo a renovação de assinaturas, reclamações, entrega de original, donativos, sugestões, etc., devem ser tratados por intermédio do nosso representante na capital federal Praça 11 de Junho, 356, telef. 43-5110.

a milhares de portugueses em escolas comerciais e nos institutos britânicos em Portugal; e sabe-se que são lidos em Lisboa e Porto numerosos exemplares de jornais em língua inglesa;

"4 — intrussem na nossa vida política exerceram a senhora Christine Garnier, os hillerianos que aqui vieram contactar com a "Mocidade Portuguesa" e todos os estrangeiros convidados a ensinar corporativismo;

5 — fomos nós que informamos o governo, em carta dirigida ao ministro da Presidência em 28 de outubro, bem como ao embaixador britânico em Lisboa, na mesma data, do convite ao sr. Bevan e sua esposa — o que exclui a hipótese de qualquer intuito de provocar agitações.

"O que a atitude do governo, neste caso, mais uma vez demonstra é o propósito de manter o país fora do movimento geral da civilização contemporânea e a sua infidelidade à Declaração Universal dos Direitos do Homem (designadamente ao artigo 19) perfilhada pela Organização das Nações Unidas, de que Portugal faz parte.

"Lisboa, 11 de novembro de 1958 — Pela Comissão de Recepção: aa.) Humberto Delgado, Francisco Vieira de Almeida, Jaime Cortesão, Mario de Azevedo Gomes e Antonio Sergio". — O "Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão" — aa.) — Adolfo Casais Monteiro (escritor), Agostinho da Silva (professor universitário), Carlos Maria de Araújo (jornalista), Carlos Cruz (engenheiro), Carneiro Franco (ex-deputado), Fernando Correia da Silva (escritor), Fernando Lemos (pintor), Fernando Queiroga (oficial do exército), Francisco Lopes (industrial), Francisco Sarmiento Pimentel (oficial do exército), João Sarmiento Pimentel (oficial do exército), Joaquim Ferrer (escritor), Jorge Fidelino de Figueiredo (engenheiro), José Pedroso de Lima (ex-diplomata), José Santana Mota (jornalista), Maria Archer (escritora), Miguel Urbano Rodrigues (jornalista), Rodrigues Lapa (professor universitário), Santos Balsemão (engenheiro), Vitor da Cunha Rego (jornalista), Vitor Ramos (professor universitário), Thomaz Ribeiro Colaço (escritor), Zaluar Nunes (professor universitário), e Paulo de Castro (jornalista).

Violências policiais contra Cortesão e seus companheiros

Só agora, algumas semanas decorridas sobre a prisão dos intelectuais que incorreram nas iras do sr. Salazar por terem citado o nome da sra.^a Christine Garnier no manifesto divulgado após a proibição da visita do sr. Aneurin Bevan, chegaram ao Brasil notícias pormenorizadas sobre o tratamento que receberam dos esbirros do Estado Novo os quatro ilustres detidos. Lançados em calabouços gelados e imundos, Jaime Cortesão e os seus companheiros sofreram vexames de toda a ordem como se fossem criminosos do mais baixo estofe. A cada um, foi distribuído um prato e uma colher de alumínio e servido o intragável rancho da prisão. Nos calabouços, a temperatura era de tal modo baixa que a saúde delicada de Jaime Cortesão não pôde resistir, agravando-se sensivelmente uma molestia de de coração de que vinha sofrendo. Enfim, os homens do sr. Salazar limitam-se a interpretar os desejos do seu chefe que não se peja de insistir na utilidade de "uns safanões dados a tempo".

Júlio de Mesquita Filho e Portugal

por Miguel Urbano Rodrigues

Segundo o "Diário de Notícias", o sr. Oliveira Salazar decidiu opor-se a que o dr. Júlio de Mesquita Filho se deslocasse a Portugal a fim de pronunciar conferências integradas num ciclo promovido sobre o tema "A marcha das idéias no mundo contemporâneo". A circunstância de terem passado vários dias sobre a publicação da surpreendente notícia sem que a embaixada de Portugal no Rio de Janeiro tenha publicado uma nota oficiosa a esse respeito, de acordo com as mais comensuradas práticas diplomáticas, vem confirmar os fatos revelados pelo importante matutino carioca. Qualquer desmentido divulgado agora pecaria por tardio e suspeito...

Não restam, pois, dúvidas de que, após ter proibido a entrada ao sr. Aneurin Bevan, o sr. Oliveira Salazar resolveu também impedir o diretor de "Estado de São Paulo" de usar da palavra perante auditórios portugueses. No curto espaço de tempo compreendido entre as duas graves decisões, mandou encarcerar e, depois, pôr em liberdade quatro figuras exprobatórias da cultura lusitana, que haviam cometido o "indesculpável crime" de, juntamente com o general Humberto Delgado, assinar um manifesto onde se explicava ao povo que nada havia de subversivo na iniciativa de trazer a Lisboa o conhecido líder trabalhista britânico.

Não me incluo entre os admiradores do sr. Salazar. Vinte anos decorreram já sobre a época em que, estudante ainda, fui forçado algumas vezes, como todos os meus camaradas, a envergar o uniforme ultrajante da milícia fascista da Mocidade Portuguesa e a usar o cinturão com um enorme S prateado. Se já então, adolescente que era, me insurgia contra o "homem forte" que oprimia o meu País, múltiplas são as razões que me levam a condenar hoje, sem apelo, o seu longo, mediocre e desumano consulado. Mas confesso que não foi sem surpresa que tomei conhecimento da atitude grosseira do sr. Salazar para com o diretor de "O Estado de São Paulo". Por muito político e insidioso que seja o primeiro ministro lusitano, tão insistentes e comovidas são as suas manifestações de fé na Pátria e na grandeza dos seus destinos históricos que me encontrava intimamente convencido de que o seu patriotismo (apesar de tacaño e alicerçado em concepções imperialistas superadas) era sincero, correspondia a um sentimento autêntico, respeitável. Enganava-me, como acabo de verificar. Nenhum português orgulhoso da sua raça e do serviços por ela prestados a Humanidade poderia, em circunstância alguma, opor-se à entrada na velha Lusitânia de Júlio de Mesquita Filho.

O homem a quem o sr. Salazar pôs agora o seu veto não é um des-

Uma figura sinistra

Quem é o adido militar que Salazar mandou para o Rio

"O Estado de S. Paulo" publicou na sua edição de 29 de Novembro uma correspondência de Lisboa que, embora tardiamente, julgamos merecer o interesse dos nossos leitores:

"O governo do sr. Oliveira Salazar, persistindo nos esforços tendentes a recuperar o prestígio fortemente abalado pela forma como decorreram as recentes eleições presidenciais e pelos acontecimentos que se lhe seguiram, decidiu agora preencher um cargo que se encontrava há muito vago: o de adido militar e naval à embaixada de Portugal no Rio de Janeiro.

A escolha recaiu sobre o coronel Pereira da Conceição, figura de indiscutível relevo nos meios militares portugueses, onde sempre se distinguiu pela fidelidade incondicional ao regime.

Quer como professor da Escola de Guerra, quer como chefe de Estado-Maior da "Legião Portuguesa", quer ainda como dirigente da "Mocidade Portuguesa" — duas organizações intimamente ligadas ao regime totalitário vigente em Portugal — o coronel Pereira da Conceição fez-se notar pela sua intransigente defesa dos ideais políticos do regime, do qual foi ainda um dos mais ardorosos propagandistas quando deputado à Assembleia Nacional."

ses lusófilos forjados pelo Secretariado da Informação que escrevem livros apologeticos sobre a ordem e a paz reinantes no império do professor de Santa Comba Dão. Nada há de comum entre ele e a legião de intelectuais, medíocres ou talentosos, que o sr. Salazar tem convidado a visitar os seus domínios. Júlio de Mesquita Filho não precisa que lhe "expliquem" Portugal. De São Paulo saiu ainda menino para fazer os seus primeiros estudos em Lisboa. E sempre sentiu, amou e compreendeu Portugal como o sentiam, amavam e compreendiam os varões de antanho que souberam glorificar o nome lusitana. Em Júlio de Mesquita vejo a expressão das mais nobres virtudes dos filhos do Brasil. O seu patriotismo puro e exaltado e a sua inquietação perante o futuro do Brasil, que desejaria à medida da imensidão geográfica do País, comoveram-me desde que o conheci. O que não obsta a que, raramente, dentro ou fora de Portugal tenha encontrado alguém tão autenticamente português. Não conheço quem o iguale na apologia da colonização portuguesa em terras da América. Certas passagens dessa obra fundamental que são os "Ensaio Sul-

Americanos" pecam mesmo, a meu ver, por uma exaltação excessiva, por um quase endeuamento da grei lusitana.

"Pela unidade de concepção e pela admirável segurança com que foi levada a cabo, é (a epopéia dos descobrimentos) a primeira grande conquista do espírito científico aplicado à política, e se se atentar para as suas incomensuráveis consequências, um dos maiores feitos do gênio humano de todos os tempos." Foi com palavras como estas, com um fervor de luso-brasileiro ofendido nos seus brios, que replicou ao embaixador Carcano, quando o conhecido historiador argentino apreciou certos fatos do passado americano a uma luz favorável à Espanha.

Saberá o sr. Salazar que o intelectual que tanto o preocupa é o escritor que chegou a ser atacado pelos próprios compatriotas por considerar o bandeirismo como "fenômeno eminentemente, visceralmente português", o ensaísta que proclama alto e orgulhosamente que "Fernão Mendes Pinto, no Oriente, e Raposo Tavares, no Brasil, são portugueses de nascimento, e nas altitudes, no inacreditável poder de vontade que os anima e

(Continua na 3.ª pg.)

O Brasil protesta...

(Continuação da 1.ª pg)

zado consocio, diretor d'"O Estado de S. Paulo" não pode ir a Portugal realizar conferências de caráter cultural doutrinário porque assim determinou o governo português, a Casa do Jornalista quer protestar contra semelhante e injusta medida do referido governo, recusando licença não só ao escritor e jornalista ilustre para rever o grande e glorioso país onde só tem amigos como também impedindo o diretor de um dos maiores órgãos de opinião e informação da imprensa brasileira que sempre tem sido dos mais fiéis e devotados amigos dos portugueses no Brasil de se pronunciar sobre assunto hoje de interesse universal. A Associação Brasileira de Imprensa está certa de que o governo português, chefiado por um estadista como Oliveira Salazar, alertado pelo modo como aqui repercutiu a notícia, permitirá ao ilustre confrade cumprir a sua missão intelectual e cultural em terras lusitanas que tanto reverenciamos e admiramos. Cordial abraço do Herbert Mosés.

DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE "O ESTADO"

Entretanto, o sr. Júlio de Mesquita Filho, interrogado pela "UPI", fez a esta agência a seguinte declaração:

"Para responder ao desejo da "UPI" ser-me-ia necessário, primeiro, verificar se, de fato, a ditadura portuguesa chegou a tomar aquela decisão. Quanto a mim, não creio que as coisas tenham chegado a esse ponto, pois a mais comensurada prudência aconselharia às autoridades portuguesas, antes de tomarem uma medida que os seus antecedentes de modo nenhum justificam, a procurarem saber se, na realidade, eu já me tinha disposto a atender àquele honroso convite. E' evidente que, antes de me decidir, eu não poderia deixar de medir as consequências que pudessem advir não a mim, pessoalmente, mas aqueles meus ilustres e fraternais amigos, de um ato suscetível de ferir os melindres dos que têm em mãos o poder de infligir aos portugueses seus adversários os mais impiedosos castigos. Seria, sobretudo esse aspecto da questão que pesaria no meu espírito antes de aceitar o encargo de falar em Portugal sobre assuntos atinentes à liberdade de pensamento e às aspirações democráticas do povo português.

Assim, prefiro acreditar que a informação divulgada pelo "Diário de Notícias" não corresponde de modo nenhum a qualquer deliberação já assentada pelo governo português."

A PROIBIÇÃO CONFIRMA-SE

O otimismo do ilustre diretor de "O Estado de S. Paulo" desfez-se, porém, dias depois. Com efeito, o importante matutino paulistano publicou posteriormente, o seguinte telegrama da "UPI" datado de 6 de Dezembro de Lisboa — e que veio confirmar inteiramente

a informação publicada pelo "Diário de Notícias":

Um funcionário do governo, comentando notícias publicadas por um jornal brasileiro, segundo as quais o diretor de um periódico daquele país fora proibido de vir a Portugal para fazer conferências, disse que aquele jornalista seria recebido "de braços abertos" aqui, desde que não procurasse interferir com assuntos da política interna de Portugal.

O funcionário do Secretariado Nacional de Informações referia-se a uma notícia publicada pelo "Diário de Notícias", do Rio, afirmando que o sr. Júlio de Mesquita Filho, diretor de "O Estado de S. Paulo", não poderia obter visto de entrada em Portugal, se desejasse vir a este país participar de um ciclo de conferências sobre a marcha das idéias no mundo contemporâneo.

O informante disse à United Press Internacional:

"Um funcionário do Secretariado Nacional de Informação foi indagado pela United Press Internacional a propósito de certas notícias publicadas pela imprensa brasileira sobre um convite dirigido ao jornalista Júlio de Mesquita Filho. Declarou que, como aconetecera quando o político inglês Bevan desejava vir a Portugal para fazer conferências de cunho político em reuniões declaradamente hostis à legalidade portuguesa, fora claramente reafirmado pelo governo que a intervenção de estrangeiros na vida política portuguesa não seria admitida. "Foi naquela ocasião dito a Bevan que ele seria recebido com todo o prazer em Portugal, mas se não viesse com os propósitos mencionados.

"Todos os países civilizados e todos os governos responsáveis usam do direito de não admitir intervenções na sua política interna e mesmo de recusar a entrada de estrangeiros que possam causar perturbações.

"Há apenas alguns dias o governo Britânico proibiu a entrada, em Londres, de um alemão que ia realizar conferências julgadas inconvenientes.

"O senhor Júlio de Mesquita Filho, como todo e qualquer brasileiro que deseje visitar o irmão Portugal, será sempre recebido de braços abertos, desde que não venha com os propósitos de interferir em nossa política. Recorde-se a esse respeito o alto espírito demonstrado pelos emigrados políticos brasileiros que se refugiaram em Portugal em várias ocasiões e sempre manifestaram o maior respeito pela política de seu próprio país. Não existem emigrados políticos portugueses nem portugueses que não possam regressar a seu país. A imprensa portuguesa nunca viu com bons olhos campanhas contra regimes políticos vigentes no Brasil, fossem quais fossem. Recorde-se que no caso da tentativa de Mr. Bevan de intervir, tãda a imprensa portuguesa manifestou-se contra a intervenção de estrangeiros na vida política portuguesa. E' uma questão em que a grande maioria da opinião pública portuguesa não admite duas soluções."

A INOCENTE "ANI" Falam os jornalistas brasileiros

por ADOLFO CASAI MONTEIRO

Dois fascistas notórios, comandando os serviços duma agência de imprensa, com sede em Lisboa, que podem fazer? Fornecer um noticiário fidedigno? Comunicar ao mundo os contratempos do fascismo nacional? Manterem-se isentos perante os fatos, quando ponham em questão as excelências do Estado Novo?! Bem, haverá por aí algum ingenuo capaz de o supor?

Porém, o sr. Dutra Faria, um dos fascistas em questão agora no Brasil para fins que os leitores deste jornal já conhecem através do comunicado do "Comitê de Intelectuais e Artistas Portugueses pela liberdade de expressão", aqui dado a público no dia 2 do corrente, o sr. Dutra Faria, dizia eu, supõe tal ingenuidade ao povo brasileiro. É assim que, entrevistado por O Globo, à pergunta do jornalista, que pretendia saber "quem censura as notícias que a ANI envia para o Brasil", respondeu o que passo a transcrever:

"Ninguém. Temos os nossos informadores, que recolhem as notícias; e um redator, familiarizado com as exigências e os gostos da imprensa do Brasil, que seleciona essas notícias, lhes dá a forma definitiva e, finalmente, as reduz à linguagem telegráfica. Fatos, só fatos".

Aquele "fatos, só fatos", é divino! A inocente ANI! Só o leitor que nunca deparou com noticiário de tal fonte sabe a estranha idéia que o sr. Dutra Faria tem dos fatos! Pois é exatamente a mesma que têm o sr. Oliveira Salazar, a polícia, e o SNI (Secretariado Nacional de Informação), iniciais em que não haverá mal nenhum se, dada a aparência, o leitor confundir com as da agência em questão, dado que uma e outra têm exatamente a mesma função. Simplesmente, o SNI é, confiadamente, órgão oficial, e a ANI é — para os ingenuos — agência particular.

E, se o sr. Dutra Faria é homem de coragem, que nos mostre, na imprensa brasileira, alguma informação da ANI pela qual se tenha podido dar conta, neste País, da infamia das últimas eleições para a Presidência da República. Que nos mostre os telegramas da ANI em que se contaram os disparos de metralhadora contra a população indefesa, as prisões, a pancadaria sobre as multidões que, em vez de acorrer a vitoriar o sr. Almirante Tomás, tinham preferido dirigir-se aos lugares onde esperavam poder manifestar o seu apoio ao candidato democrático e opositorista. Que nos mostre o sr. Dutra Faria o noticiário telegráfico da ANI que tivesse dado uma idéia, pávida que fosse, da vaga de entusiasmo que fez palpitante o país de Norte a Sul, e da repugnante repressão salazarista, com que a voz do povo foi mais uma vez abafada. E onde estão as fotografias? A ANI não manda fotografias? Não terá mandado algumas daquelas que ninguém pôde ver nos jornais portugueses, mostrando o mar de gente que esperava o general Humberto Delgado, no Porto e em Lisboa?

Não, o ingenuo e puro sr. Dutra Faria, que não é censurado, não mandou senão as mentiras oficiais. Com isso devia contentar-se. As suas declarações a O Globo (no dia 5) são uma afronta à opinião pública brasileira, e é pena que o jornalista do referido jornal não tenha achedo necessário fazer-lhe algumas perguntas complementares. Ou seria aquilo matéria paga, toda ela da mão do sr. Dutra Faria — ou do outro diretor da ANI, o sr. Barradas de Oliveira, o qual é redator do Diário da Manhã? E sabe o leitor que jornal é este? Pois é o órgão oficial do sr. Oliveira Salazar, nem mais nem menos.

Lamento não ter à mão elementos sobre a carreira destes dois "jornalistas". Mesmo assim, posso garantir ao leitor que nada lhes falta do que se exige ao fascista de boa cepa. Serventários da ditadura, sempre viveram à sua sombra, nunca foram senão dois polícias do regime, afrontando a dignidade da classe cujos mais elementares princípios desprezam. Aliás, o ex-diretor do Diário da Manhã, sr. Manuel Murias, declarou uma vez que era "denunciante, sim senhor, com muita honra". Se o diretor é assim, que podemos esperar dos seus funcionários?

Os srs. Dutra e Barradas, são soberbamente conhecidos em Portugal. Aqui, o primeiro está beneficiando do seu anonimato, bem compreensível, e graças a ele tentando iludir a boa-fé da imprensa brasileira. Seria aliás difícil que esta tomasse como ouro de lei as suas proclamações de inocência. Alguém poderá supor, neste País, que uma agência noticiosa portuguesa poderia funcionar não sendo uma simples delegação das entidades oficiais que controlam a imprensa portuguesa?

E tanto isto é verdade que, sendo a ANI que fornece à UPI, segundo declaração do próprio sr. Dutra

Faria, o noticiário relativo a Portugal, o leitor pode verificar facilmente que as informações desta relativa àquele país são, realmente, duma "inocência" de pasmar, que já nos deveria ter feito adivinhar a sua origem, em boa hora revelada pelo sr. Dutra Faria, talvez por ter visto tal fato já denunciado no comunicado do "Comitê" português pela liberdade de expressão acima referido. Isso não impede que a UPI esteja a ser ludibriada pela ANI, fato que mereceria, quer-me parecer, uma investigação pelos responsáveis daquela, certamente adversos a servir de agentes indiretos da propaganda salazarista em todo o mundo.

O sr. Dutra Faria é um literato falhado, como tantos que cansados de ver fugir-lhes a notoriedade, se resignam a ser, à sombra dum suposto jornalismo, simples agentes de propaganda do regime. Ao vê-lo falar nos seus "informadores" achei graça, porque é esse mesmo o nome que têm os agentes que a PIDE (polícia política) usa para controlar a vida alheia. Quem sabe se são realmente os mesmos? Mas como estou a ser injusto! — a ANI não precisa de saber nada. A sua função é, pelo contrário, calar. Tem a função kafkiana de mostrar o que não acontece em Portugal, ou seja, contar tudo aquilo que não tem a

menor significação. Mas perguntem-lhe o que tem para nos dizer da pouca vergonha das eleições, e vejam se a ANI sabe alguma coisa!

Omitir-se é a sua função. É não estar lá, onde acontecer alguma coisa. É, em suma, ser a edição em Morse do Diário da Manhã, para especial consolação dos comendadores, e de todos aqueles que, no vasto mundo, ainda acreditam no "austero" condutor dos destinos de Portugal. É pena, lembro-me agora, que o jornalista de O Globo não se tenha lembrado de perguntar ao sr. Dutra Faria qual o motivo porque a ANI não soube da carta do bispo do Porto ao sr. Salazar, e, se soube, porque não deu ao mundo notícia desse acontecimento sensacional. Que diabo, para ingenuo, ingenuo e meio! Quem sabe mesmo se o sr. Dutra Faria desconhecerá esse documento a todos os títulos notável? Mas era interessante terem-lhe feito uma perguntinha. Que pena O Globo não ter recorrido, a título excepcional, aos meus préstimos, para entrevistar o sr. Dutra Faria! Que perguntas ingenuas eu não lhe teria feito!

O sr. Dutra Faria diz, não só que a ANI não é uma agência oficial, mas nem sequer uma agência oficiosa. Bem, então, vamos a saber: para que existe? por que existe? Se não é oficial nem muito menos oficiosa, por que faz precisamente aquilo que só as agências oficiais e oficiosas fazem? Pergunta à qual talvez o sr. Dutra Faria queira responder, em alguma entrevista que ainda faça nesta terra democrática, onde a sua presença, diga-se de passagem, já cheira mal.

Um agente salazarista no Brasil

A posição assumida pela imprensa do Brasil, relativamente ao governo fascista de Salazar tem preocupado o ditador mormente nos últimos meses. Para tentar desfazer a "má impressão" que em os brasileiros, desde os mais humildes aos mais ilustres, acerca das violências e arbitrariedades do seu regime policial, Salazar começou a despachar alguns dos seus agentes, encarregando-os de "missões diversas".

O primeiro mensageiro que chegou foi o sr. Dutra Faria, diretor da agência fascista "ANI", cuja visita o "Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão" denunciou nos principais jornais brasileiros em termos inequívocos: com efeito, o espião disfarçado de jornalista visava, fundamentalmente, convencer algumas personalidades brasileiras da "felicidade dos portugueses", ao mesmo tempo que na imprensa de Portugal, através de entrevistas com essas personalidades, "provaria" que o Brasil e a colónia lusa neste país admiravam "incondicionalmente o génio político" que é o misógino ditador de Santa Comba.

Mas o ex-chefe dos serviços de imprensa da "União Nacional" acabou por ser corrido, sem convencer os brasileiros de coisa nenhuma, nem podendo tampouco dar boas contas da "missão" ao seu dono. Deu uma vaga entrevista a "O Globo", disse a outro jornal que dirigia "vinte jornais" e regressou de mãos a abanar... Também não consta que tenha as-

sinado contratos com jornais do Brasil, para vender o seu adulterado noticiário — que os ditos jornais publicam "de graça" e por favor...

A propósito da insólita visita do agente fascista, recebemos uma "carta aberta" do sr. Bernardo Silveira, do Rio, na qual se lamentava a triste figura que o sr. Dutra Faria veio fazer ao Brasil. Lamentamos não publicar a referida carta, mas o assunto perdeu, entretanto, a oportunidade. Mas basta recordar a posição que, a respeito, assumiu o "Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão" para se saber que o diretor da "ANI" foi acolhido como merecia, em atenção à sua posição na hierarquia salazarista...

"PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

— um jornal português que não é submetido à censura do sr. Salazar.

E depois de Salazar?

Intelectuais, escritores, sociólogos, economistas portugueses

Enviai-nos a vossa opinião sobre as soluções do Portugal de amanhã.

É vosso dever contribuir para a construção do futuro.

Colaborai no debate aberto nas colunas de "Portugal Democrático".

LEITORES DE LISBOA, DO PORTO, DAS CIDADES E ALDEIAS DE PORTUGAL

Este jornal é feito para vós; quanto maior for o número dos que o lerem maior será a nossa satisfação e maior o serviço prestado ao País.

Luiz Mascarenhas Neto exerce as funções de redator político no jornal "O Estado de São Paulo". Vencedor de um dos mais altos prémios de reportagem que se outorgam no Brasil, o "Prémio Estado de 1957 destinado à região

Sul do país principiou a sua vida profissional como reporter das Radio Tupi e Difusora de S. Paulo passando depois, em 1947, a trabalhar exclusivamente para "O Estado".

A proposito de uma visita

O ensejo da visita que nos faz o diretor da agência nacional de informações de Portugal "ANI", aliado às suas declarações a jornalistas brasileiros, traz-nos à memória tudo o que de verdade já conhecemos sobre a triste realidade do regime português, principalmente num momento em que também a imprensa brasileira se vê a frente com arranjos de uma ditadura militar.

Embora a visita do jornalista português não nos comova, dada a sua posição perante a ditadura no seu país, tem ele encontrado no Brasil tudo o que de melhor pode oferecer nossa gente aos bravos irmãos lusitanos, mesmo o carinho que intrinsecamente dedicamos ao povo português.

Todavia, medimos suficientemente suas declarações sobre a liberdade de expressão em Portugal, embora tenha ele passado que somos uns tolos, que não sabemos o que por lá se passa.

A ditadura imposta pelo sr. Oliveira Salazar não apresenta qualquer matiz diferente de todas as demais ditaduras. Apenas uma exceção fazemos nós jornalistas brasileiros ao primeiro ministro português e que diz respeito à sua probidade pessoal com os dinheiros públicos. Se de um lado acreditamos na sua atitude correta, não lhe negamos a culpa de permitir que vários dos seus servos se locupletem sob seu manto, sob suas vistas gordas e ouvidos mocos.

Como todo ditador, sabe o sr. Salazar que a corrupção é o preço de um regime de exceção, e que adém da soma de poderes posta ao talante de policiais do regime. Consideramos, portanto, que unicamente o crime de impor a um povo como o português uma ditadura das mais severas, tolhendo-lhe a liberdade total, ultrapassa a todos os demais, que usam o mesmo manto para saquear uma nação. A escravidão de 19 milhões de habitantes já é crime suficientemente hodierno para que a história de Portugal, um dia lhe faça justiça.

Dada essa ordem de ideias, como crer-se que em Portugal exista imprensa livre? Por acaso o ditador fez concessões especiais aos jornais ou jornalistas para que estes contem a verdade sobre as maravilhas de uma escravidão?

São bem recentes os ensaios de liberdade de expressão que os mais arranjados periódicos portugueses demonstraram nos 30 dias que precederam as últimas eleições, quando nós, do Exterior já previmos os seus resultados.

Mas tudo passará, inclusive o sr. Oliveira Salazar, e Portugal continuará. No Brasil, mesmo os portugueses que se manifestam pró-salazarismo já fazem restrições ao primeiro ministro, asseverando que ele deve abandonar suas funções.

...Esse dia, também nós brasileiros, que pelo sangue estamos ligados a portugueses, acreditamos próximo. Se nada podemos fazer pela liberdade do povo irmão, fazemos pelo menos um voto livre e conscientes que essa data não seja marcada a sangue, que o primeiro dia livre da imprensa portuguesa não seja representado com uma tarja negra nos seus jornais.

Luiz Mascarenhas Neto

Julio de Mesquita

(Continuação da 2.ª pg.)

sustenta, na constância e maleabilidade com que se amoldam a todas as situações e, sobretudo, nesse instinto político que os leva em todos os instantes e em todas as latitudes a imprimir a seus feitos e gestos um cunho nitidamente construtivo, de colaboração na obra empreendida, desde os dias de Sagres, por Portugal. Esse génio particular que levou o Infante D. Henrique a conceber e executar a conquista científica dos mares, Afonso de Albuquerque o Império do Oriente, e os descendentes do scampañheiros de Martim Afonso de Sousa a lançarem as bases do Brasil de hoje é o que distingue o português de todos os outros povos daquela época.

É este inimigo de Portugal que o criador do Estado Novo teme ver em Lisboa, um homem tão apegado ao Brasil de raízes lusitadas que até os azulejos do seu solar de Louveira são portugueses, como portugueses pelo estilo são o velho chafariz do seu jardim e a branca capela onde fez batizar os filhos.

Profundas diferenças me separaram no plano ideológico de Júlio de Mesquita Filho. Como socialista, não posso aceitar as suas concepções de liberal intransigente. Mas tenho pela sua figura moral e intelectual um respeito e uma admiração enormes, curvo-me perante o seu passado de lutas e sofrimentos em defesa estrénuada da democracia. Ignoro o que os brasileiros pensarão do gesto hostil e desleal do sr. Salazar. Na minha qualidade de português, sinto-me nauseado e sei que é esse o sentimento da grande maioria dos meus compatriotas. Até porque algo me diz que para além do campo limitado da política, Júlio de Mesquita Filho conhece e compreende muito melhor o que subsiste de autêntico e válido no homem português do que o ascético professor de Coimbra. Aquilo que o primeiro elogiou na raça que desbravou os caminhos do mundo é precisamente o que o segundo se tem esforçado por destruir nela ao longo de trinta e dois anos. Vergonha e náusea é de fato, o que sinto ante o gesto do ditador...

(De "A Tribuna de Imprensa" do Rio de Janeiro, 17-XII-58).

Salazar condenado pela imprensa da Venezuela

Pode afirmar-se que o mundo inteiro conhece hoje os crimes cometidos pela ditadura fascista portuguesa chefiada pelo sr. Oliveira Salazar. Em todos os países, a "cortina do escudo" — operação de propaganda lançada por Ferro e pelos seus continuadores J. M. Costa, E. Brazão e M. Baptista e que custou milhões à Nação — está sendo levantada e, em seu lugar, os jornais estrangeiros não censurados documentam apenas a miséria física e moral a que Salazar condenou os seus infelizes compatriotas.

Ainda recentemente o importante diário venezuelano "El Nacional" se fez eco do protesto dos intelectuais portugueses do Brasil, a propósito da insólita visita que o espião salazarista Dutra Faria, diretor da agência fascista "ANI", fez a este último país. Entretanto, o mesmo periódico de Caracas referiu-se, em sua edição de 20 de novembro, à carta do sr. Bispo do Porto ao atual presidente do Conselho português, comentando-a nos seguintes termos:

"Salazar, que receia, acima de tudo, perder o apoio do clero, veria com alívio a partida para Roma de tão difícil adversário, se a Cúria acesse às suas sugestões, nomeando D. António para qualquer alto cargo que justificasse a sua presença no Vaticano. Embora se revele problemática a atuação da Santa Sé, teme-se que a partida forçada do Bispo do Porto provoque naquela cidade distúrbios e manifestações de protesto".

Em nome dos democratas portugueses, "Portugal Democrático" agradece a "El Nacional", de Caracas, a sua tomada de posição contra o governo ditatorial e ilegal presidido por Salazar.

O Natal do preso político português

A campanha que lançamos nas colunas de "Portugal Democrático" terminou. Alcançamos um êxito que pode considerar-se lisonjeiro, dado que os nossos convites aos democratas portugueses se limitaram, no fundo, a pedir, através deste jornal, a remessa de donativos. Agradecendo muito incertamente a todos os que deram a sua colaboração a esta iniciativa, esperamos não mais repetir a campanha: com efeito, temos a esperança de que, aquando do próximo Natal, o fascismo salazarista já deve ter passado à história.

Os donativos recolhidos somaram Cr\$ 34.300,00, importância que foi remetida a S. Em. Revm. o Sr. Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira, a quem foi enviada, ao mesmo tempo, a seguinte carta:

"São Paulo, 12 de dezembro de 1958. Exmo. sr. cardeal patriarca de Lisboa, eminência reverendíssima. "Portugal Democrático", jornal que tenho a honra de dirigir, lançou há meses nas suas colunas uma campanha tendente a angariar fundos destinados ao "Natal do Preso Político Português". Ao contrário do que à primeira vista se possa supor, tal iniciativa não visava atingir quaisquer fins políticos, tendo em vista apenas um propósito humanitário. A ideia foi acolhida com grande simpatia entre os mais variados setores da colônia portuguesa. De Portugal, onde a notícia foi conhecida através do nosso jornal, chegaram-nos centenas de cartas de apoio, algumas delas verdadeiramente comovidas. A formação cristã do povo lusitano não podia permanecer insensível a uma cruzada de ternura em favor de pessoas que sofrem e que, mercê de circunstâncias de todos conhecidas, se sentirão mais do que nunca isoladas e esquecidas durante a quadra de amor e fraternidade que se aproxima.

O "Diário de Notícias", de Lisboa, criou há anos, com o patrocínio oficial, o "Natal dos Hospitais e das Cadeias Civis". A hierarquia da Igreja portuguesa, recordo-me perfeitamente, encorajou desde a primeira hora a iniciativa, por ver nela uma tocante manifestação de solidariedade cristã. V. em, rev. dignou-se mesmo honrar com a sua presença algumas das festas realizadas no Hospital de S. José.

Longe de Portugal, a sensibilidade lusitana é ainda maior em tudo o que põe em causa a solidariedade cristã. Não era justo que no Natal os presos políticos fossem esquecidos. Deus não distingue os homens pelas suas concepções e atitudes no terreno das lutas políticas. Era preciso que nesse dia, entre todos grato aos corações cristãos, esses presos soubessem que serão lembrados como homens, como católicos (pelo menos muitos deles) e como portugueses. Uns terão fortuna, outros têm vivido sempre mergulhados em ambientes de miséria. Mas aquilo que pretendemos fazer chegar a cada um não tem valor material, mas, tão só, espiritual e simbólico.

É, aliás, em obediência à finalidade da iniciativa que como a liberdade de me dirigir a v. em, rev., em nome de "Portugal Democrático", certo de que ninguém melhor poderá compreender os propósitos que nos animam. Nas suas mãos de bispo extremo depositamos o produto dos donativos recolhidos em São Paulo para que v. em, rev. o transforme em pequenas oferendas — da maneira que melhor entender — que sejam uma verdadeira mensagem de solidariedade cristã dos portugueses de São Paulo pelos presos políticos que estarão a sofrer longe dos seus entes queridos no silêncio algido dos calabouços no próximo aniversário do dia de paz e amor em que o filho do Senhor veio ao Mundo.

Antecipadamente grato pelo bom acolhimento que v. em, rev., estou certo, dará a este meu pedido, aproveito o ensejo para lhe apresentar os meus muito respeitosos cumprimentos e os protestos da minha mais elevada consideração. Pelo diretor do "Portugal De-

ocrático" (a) Carlos Neves. PS — por intermédio do Banco Português do Brasil, enviamos nesta data a v. em, rev. um cheque de Cr\$ 34.300,00, produto da subscrição aberta nas nossas colunas a favor do "Natal do Preso Político".

Publicamos, entretanto, a relação final das pessoas que enviaram donativos para o "Natal do Preso Político Português":

Um leitor — 100,00; "Portugal Democrático" — 1.000,00; Pedro Ramos — 100,00; Carlos Maria Araújo — 500,00; José Santana Mota — 100,00; Miguel Urbano Rodrigues — 100,00; Vitor Cunha Rego — 100,00; João Alves das Neves — 100,00; Carlos Cruz — 500,00; Maria Isabel Costa — 100,00; Cicero Lopes — 100,00; Abel Carmona Pinto — 100,00; Juvenal Amorim Calheiros — 100,00; Abel Correia Lemos — 100,00; Cesar Agostinho — 100,00; Hotel "Atlântico" — 100,00; José Guilherme Dias — 100,00; Maria Helena Cruz — 500,00; Domingos Oliveira — 100,00; Vitor Ramos — 100,00; Carlos Silva — 100,00; Um escritor — 500,00; Pau de Pita — 100,00; Crispim Ponte — 200,00; Fernando Nazaré — 100,00; Feliz Amaral — 100,00; Virgílio Spinola — 100,00; X. P. T. O. — 200,00; Gilberto Cardoso — 200,00; Pacheco — 100,00; E. P. A. — 200,00; n.º 181 — 100,00; Alvaro Landersset Simões — 500,00; F. G. M. — 100,00; J. Coelho — 100,00; Armando Pinto — 200,00; De um expansionista do Aljube — 1.000,00; Comandante Sarmiento Pimentel — 3.000,00; Anónimos — 400,00; Carlos Neves — 500,00; Lusitano — 500,00; Intransigente anti-salazarista — 200,00; De um ex-salazarista de Caxias — 500,00; Francisco de Sou-

za — 200,00; Anónimo — 200,00; Manuel Bento — 1.000,00; José Barata — 200,00; Joaquim Duarte Batista — 500,00; Paulo de Góis — 200,00; Jaime Augusto — 200,00; João Abel Martins — 200,00; Um filiado do M. U. D. — 100,00; Virgílio Pais dos Santos — 100,00; Silvestre Sezinando — 100,00; Carlos de Brito — 100,00; Manuel Fernandes — Luiz P. da Silva — 100,00; Amílcar Rodrigues Carneiro Francos — 1.000,00; Adriano Alves Menezes — 500,00; Graciano Marques de Almeida — 100,00; Agostinha Dimas — 50,00; Um alentejano — 100,00; F. Lopes — 100,00; Um transmontano — 200,00; Um beirão — 200,00; M. S. D. — 200,00; Carlos Gomes — 1.000,00; J. Brito — 200,00; Delina Matos — 200,00; Carlos Alberto — 500,00; C. Mon. — 200,00; Silvío Brasília — 200,00; Um brasileiro — 200,00; Outro brasileiro democrático — 200,00; Um paulista de 24 anos — 200,00; Ramos Paiva — 1.000,00; C. Silva — 100,00; A. Pinho — 200,00; Comité dos Intelectuais — 1.650,00; José Santana Mota (2.º donativo) — 400,00; Um algarvio — 100,00; Rose Mary V. Cruz — 200,00; Um transmontano — 500,00; Otávio Moura — 500,00; Francisco Lopes — 200,00; A. Freitas — 500,00; Anónimo — 200,00; Anónimo — 500,00; A. F. — 100,00; Adriano — 200,00; Anónimo 100,00; Adriano Eliso Monico — 200,00; Um Arquitecto — 100,00; F. Lemos — 250,00; Jaime Gonçalves — 100,00; Manuel Horta Bias Jr. — 50,00; Adriano Alves de Menezes — 500,00; Anónimo — 1.000,00; Anónimo — 1.000,00; Anónimo 1.000,00; Osni — 500,00; Octávio Martins de Moura — 500,00.

O Almirante Tomás e os escandalos da marinha mercante portuguesa

Em Portugal, circula, presentemente, de mão em mão, uma circular clandestina relativa a certas negociações altamente escandalosas em que, ao que parece, se encontraria comprometido o atual chefe da República Corporativa do sr. Salazar, o abulico, docil e medíocre contra-almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás. E' o seguinte o texto do documento em questão:

"Na fôlha de serviços do Sr. Contra-almirante Américo Tomás que a U. N. publicou, esqueceu, certamente por lapso, completar com o período em que exerceu o cargo de ministro da Marinha.

a) Durante o último ano de guerra de 1939-45, foram fretados dois petroleiros na Suécia, para o transporte de combustíveis para Portugal. Esse fretamento foi condicionado à opção da compra, no final da guerra, estabelecendo-se no respectivo contrato essa cláusula da opção, a qual não é um compromisso para o fretador, mas sim para o armador, que se obriga a não vender o barco sem primeiramente consultar a entidade optora.

Foi o Sr. Américo Tomás prevenido que conseguiria a entrega destes dois barcos por menor quantia. Porém, ele preferiu a compra pelo preço inicialmente estabelecido e, quando os barcos foram embaixados com a bandeira nacional, justificou, como os jornais da época então noticiaram, que se viu obrigado a respeitar a opção.

Todavia, o caso foi outro, muito diferente: — E' que ficou estabelecido que fora do preço convencional havia a receber 200 mil dólares, que na altura representaram 5.000 contos, de cuja alçada ele participou.

Se o Sr. Virgílio Pereira da Silva, de Lisboa, quiser, pode confirmar esta verdade. Deve dizer-se que o contrato de fretamento foi feito em nome do Instituto Português de Combustíveis, porque nessa altura não existia ainda a Sociedade Portuguesa de Navios-Tanques "Soponata". Encorajado com a primeira falcatratura e como ministro da Marinha, estudou a possibilidade de seguir os seus iguais na roubalheira.

Assim, ao fundar-se a "Soponata" escolheu para seu principal diretor o seu antecessor na pasta da Marinha, o Contra-almirante Ortins de Betencourt e para a Companhia Colonial de Navegação um tal Jaime Amador de Pinho, antigo despachante da Alfândega

do Porto. Mas, como não convinha que estas personalidades aparecessem ostensivamente nas negociações, escolheu para testa de ferro um tal Visconde de Botelho. Assim, como este triunvirato, ficou ele na sombra.

b) Iniciou então um projeto de renovação da Marinha Mercante, agregando a si o famigerado Comandante Tenreiro e o seu cunhado. Pouco a pouco, foi aprovada a construção de várias unidades de carga, passageiros, petroleiros e barcos pesqueiros. Então, o Visconde de Botelho, devidamente apoiado, ligou todas as construções de grandes unidades aos estaleiros belgas "Cockrillounurse, S. A.", de Anvers.

Porém, para não ser reputada escandalosa a preferência, camuflaram-se com concursos. Mas de antemão estava estabelecido que, sob qualquer pretexto, seria sempre a preferida.

A princípio, concorreram vários estaleiros britânicos. Assim se entregou à "Cockrill" a construção dos navios de passageiros "Vera Cruz" e "Santa Maria", para a Companhia Colonial de Navegação e por preços astronómicos em relação às propostas de outros fornecedores, mas alegavam que a preferência da "Cockrill" era por esta entregar os barcos com pagamento escalonado. Os mesmos estaleiros passaram a construir petroleiros para a "SOPONATA".

Em 1955, abriram mais um concurso para construção de um petroleiro de cerca de 28.000 toneladas, ao qual concorreram várias firmas.

Alguns estaleiros britânicos, incitados a concorrer, desinteressaram-se e escreveram dizendo que o não faziam por saberem antecipadamente que o contrato seria fechado com a "Cockrill", embora as suas propostas fossem mais vantajosas.

Entre os concorrentes apareceu um estaleiro dos mais importantes da Europa a propor, como a SOPONATA pretendia, a entrega do barco no mais curto espaço de tempo; estava preparado para entregar uma unidade já em adiantada construção, dentro do prazo de 12 meses e por preço vantajosíssimo para a Economia Nacional.

Era um barco de 32.000 toneladas — portanto, com mais 4.000. Esta proposta era de um armador de Hamburgo e desorientou inteiramente o Contra-almirante Ortins de Betencourt. Não sabia como descalçar a bota. — Preço mais

O sr. Anselmo e o bispo do Porto

A declaração de voto do bispo do Porto continua na ordem do dia em Portugal. Imitando o sr. Salazar, apareceu agora o sr. Manuel Anselmo a fulminar com as suas iras os católicos que se desviam de estrada trilhada pelas pesadas rodas do carro do Estado Novo. O sr. Manuel Anselmo, que se diz monárquico e católico, é um indivíduo sedento de publicidade e de importância e não encontrou melhor maneira de sair do olvido a que havia sido relegado pelo proconsul de Santa Comba (que o escorraçou da carreira diplomática) do que publicar um folheto atacando D. Antonio Ferreira Gomes. Como a venda desse lamentável documento fosse nula, o sr. Anselmo decidiu-se, então, a enviá-lo, pelo correio a todas as paróquias do País. A reação foi imediata. Repelindo a afronta que lhe fôra feita, o clero promoveu uma campanha de devolução do livro ao autor. O "Correio de Coimbra", órgão do bispado daquela cidade foi, porém, mais longe, e publicou um pequeno artigo alusivo ao assunto, assinado pelo cônego Urbano Duarte e intitulado "Condestável do velho Portugal Português". Damos, a seguir, o texto desse comentário:

Por suas mãos, no curto espaço de 4 dias, armou-se em Lisboa um cavaleiro. Na alma, referem-lhe idéias políticas que são "a razão da sua vida". Do olhar saem feixes de luz à procura de aenos agradecidos; as palavras metem medo pelos solavancos, ora terninhas como à beira de um regato murmuro, ora espaldanadas como sopapos ostrelleadas em colegial muito bruto. E' católico, "praticante e humilimo", rende as suas honras/ens mais rendidas a Sua Exa. Reuma. o Sr. Bispo do Porto,

para logo em seguida, como uma pulga metida no corpo, o enodoar, dando-lhe lições da doutrina cristã, de exegese do Magistério Eclesiástico, da vida anterior, de espiritualidade, de direito natural. Medonhento Condestável este, luzente com as armaduras de museu, mais gigante que ninguém porque toda a verdade está no seu peito, e é o defensor do "velho Portugal português". Os outros, todos são os que não pensarem como ele, são inimigos da Pátria, são os anti-Nação, filharotes de Marx ou da Rússia. E ninguém diga o contrário porque é crime contra a verdade, a Justiça e a Cultura.

Pobre homem! Cervantes pôs-lhe o nome de D. Quixote; o nosso herói de Lisboa chama-se Manuel Anselmo.

Triste sinal dos tempos. Perdeuse o hábito de se poder discordar com naturalidade, e apanhamos pela frente estas cenas de histérico onde se grita: a verdade é só minha! Tu és um criminoso! Mais humildade, senhor católico "humilimo"!

Dos leitores Salazar... na Califórnia!

Um leitor do nosso jornal, que vive em São Francisco da Califórnia (Estados Unidos) acaba de nos enviar a seguinte carta, que publicamos na íntegra, sem alterar, sequer, o pitoresco da linguagem. Através deste documento, podem avaliar todos quantos nos lêem os processos utilizados pelo fascismo luso no estrangeiro, mesmo quando se trata de países tradicionalmente democráticos:

Agora podemos apreciar o que é a "Liberdade de Imprensa".

Por um artigo que nos acaba de chegar às mãos, da autoria de Raquel de Queiroz, ao qual a distinta escritora deu o título de NÓS, PORTUGUESES, publicado no "Cruzeiro" de 6 de Setembro último, e reproduzido no "Portugal Democrático" de São Paulo, ficamos surpreendidos, por, de bem longe, haver alguém com o arrojo de pugnar por um regime verdadeiramente democrático para um Portugal melhor.

Escrevemos da Califórnia. Estados Unidos, país conhecido e respeitado como terra da liberdade, principalmente na imprensa.

Para os leitores deste jornal, o único no mundo português que oferece algo de diferente à nossa curiosidade de saber o que se passa em Portugal, talvez ignorem que só na Califórnia vivem e trabalham 500.000 portugueses, os quais, à sombra de outra bandeira e ao abrigo doutros governos, criaram vários jornais liberais, mas que, hoje, infelizmente, só nos resta um "Panfleto" ciclopédico, e, por cima, rolhado e censurado.

E sabeis porque, caro leitor? Porque teve a infelicidade de publicar um artigo que criticava vigorosamente o actual regime português, citando vários episódios vergonhosos daqueles que todo o mundo sabe e bem conhece, e atacando uma das nossas "Sociedades Fraternais" portuguesas, que, ao consolidar-se com outra, escolheu para título o estafado e odiado nome de "UNIAO NACIONAL" e que, segundo a opinião pública e até por eles defendido, tinha sido indicado pelas nossas autoridades consulares.

Pois, nem a bomba atômica fazia tanta poeira. A proprietária e directora do jornal teve a infelicidade de adoeecer por esse tempo, e internada num hospital, a fim de ser operada, com poucas esperanças de cura. O consulado de Portugal em São Francisco, tomando conhecimento do caso, aproveitou-se a ocasião psicológica, e, imediatamente, fez sentir a essa senhora que tinha cometido um crime de lesa-majestade, enviando ao hospital amidiadas vezes um funcionário do consulado, que se fazia acompanhar dum seu confidente, parasita que aqui andava ao Deus-dará, sem vintem e nem habilidade para o ganhar.

Foram tão continuas as visitas e tão grandes as propostas e ofertas, que a convenceram a trespassar o jornal, a pontos tais que chegou a assinar os documentos, sem saber quem era o novo proprietário, tendo sido redondamente enganada, como ela proprio afirma em alto e em bom som. Esta senhora, na presente ocasião, conta 74 anos de idade, é filha de pais portugueses, mas nasceu nos Es-

(Continua na 5.ª pg.)

Com a nova fase de crescimento em que entrou, "PORTUGAL DEMOCRÁTICO" é hoje um dos melhores veículos de combate à ditadura de Salazar. Colabore conosco, amigo leitor, enviando para Portugal e Províncias Ultramarinas todos os exemplares que puder. E atenção à censura dos correios...

AOS LEITORES DE "PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

Remetam cada vez maior número de exemplares do nosso jornal para Portugal e seu Ultramar. Mandem-nos mais nomes de novos assinantes. Fundem grupos de "Amigos do PORTUGAL DEMOCRÁTICO" e ajudem-nos, por todos os meios, nesta missão em que todos nos empenhamos para libertar a nossa Pátria das garras do fascismo.

Católicos contra Salazar Cai sobre nós esta vergonha, mulheres!

(Conclusão)

por Maria Archer

O clero português desligou-se na sua maior parte da ditadura que ajudou a fazer e cimentar, mas hoje abandona o verificar os resultados catastróficos a que conduziu o país.

Por outro lado, teme que a continuação da ditadura com a inumana exploração das classes populares, exploração inerente ao sistema, leve amanhã a soluções revolucionárias pouco do agrado e pouco do interesse da Igreja.

Homens como o cardeal Cerejeira, ao darem todo o apoio à ditadura, pensaram talvez que ela poderia resolver alguns problemas nacionais e eliminar todos os fermentos extremistas. Hoje o clero parece ter chegado à conclusão de que Salazar em vez de resolver complicou todos os problemas, dando-se no subterrâneo uma radicalização das massas operárias que constitui um presságio certo de tormentas graves.

Não é por imprudência, levandade ou exclusiva caridade que o bispo do Porto acusa Salazar de ter pelo corporativismo explorado a classe operária, retirando-lhe a liberdade sindical e todos os meios de defesa. Isto é uma tomada de posição política e definitiva. O clero português desliga-se da ditadura, aponta os seus erros, verbera o seu sistema terrorista e procura através do regresso à normalidade constitucional polarizar num partido democrata cristão as aspirações de parte da classe média e campesinato. É uma atitude sábia e de resultados previsíveis: a ditadura começa a desagregar-se e o clero nega-se a dar-lhe apoio, contribuindo mesmo para a sua ruína, passando gradativamente do compromisso com o poder para a hostilidade aberta e intransigente. Se a história nos ensina alguma coisa — isto quer dizer que a ditadura inicia a sua fase de agonia.

Salazar, que é o menos humilde dos católicos e o mais fanático dos políticos, e um ressentido que na tortura de um povo intenta fazer esquecer humilhações da adolescência, autócrata por temperamento, e já convencido de que é um gênio, sem ver que deve o governo a sucessivas forças internacionais, recusa-se a aceitar esta evidência e em vez de realizar, como deseja o general Delgado, uma ponte, na ordem, para a democracia realiza, no terror, uma ponte para o caos.

Ora, é exatamente o caos que a Igreja deseja evitar e para isso hoje se uniu à frente nacional, a fim de dar com a sua presença um sentido moderador à destruição inevitável do governo ditatorial. E a prova de que é uma boa política está precisamente na reação violenta de Salazar, chegando a ameaçar com uma denúncia da Concordata no caso do Vaticano não obrigar o clero português a uma obediência ao poder. Até a isto ninguém, nenhum governo democrático português, nenhum governante laico, nenhum fumegante anti-clerical tinha chegado.

Mais uma vez Salazar demonstra que a Igreja é para si, como era para Maurras, um mero instrumento ao serviço do poder. Sa-

DOS LEITORES

(Continuação da 4.ª pag.)

tados Unidos onde sempre defendeu e amou a liberdade. Após a assinatura dos primeiros documentos, o referido e "zeloso" funcionário para nos impingir, vendendo gato por lebre, no seu novo "Boletim".

Resultado: todos os colaboradores receberam carta de "dispensa", tendo sido imposta censura às mais humildes notícias. Hoje o jornal insere, na primeira página uma propaganda vergonhosa e viciosa ao consul de Portugal, a quem a colônia lusa acusa de ser o verdadeiro censor, além uns elogios medíocres a meia dúzia de ignorantes, dos tais que só vêm por um olho, umas entrevistas de comes e bebes com alguns sócios da célebre sociedade, e por fim, se ainda fica espaço, uns editoriais de "Acreditados ou é Comunista", inspirados pelo atual regime português.

O que temos agora? Um "Boletim" censurado, rolhado, odiado e desprezado por toda a gente, que só revolta quem tem a felicidade de viver numa terra livre e democrática.

Até onde crega a jacobinice desses lacaios, que mais serviam para cavalos-de-cortezias do que para orientadores duma imprensa que, em língua estranha, se publica num país de LIBERDADE!

lazar no fim da vida e no fim da usurpação começa a perder o dom do auto-domínio, começa a revelar até onde pode ir não hesitando na perseguição já agora aos católicos e aos próprios sacerdotes.

Para os democratas esta ajuda inesperada da Igreja não apenas facilita o desaparecimento de um governo ilegal e que domina o país em estado de sitio desde 1926 e sobretudo desde 1933 — facilita também um harmonioso convívio entre as autoridades religiosas e o futuro governo português.

Nada mais desejável, nada mais necessário. Na oposição, na batalha pelo restabelecimento das liberdades públicas, homens como o bispo do Porto, que simboliza a oposição da Igreja à ditadura, ganharam a simpatia e o respeito da nação oprimida. Homens como o bispo do Porto amanhã vão estabelecer as boas relações com um governo democrático indispensável ao bom funcionamento e ao equilíbrio das instituições. Os democratas têm a necessária inteligência política para distinguir entre o clero de uma geração que foi cúmplice do poder, do clero desta geração que repele o totalitarismo. Se uma geração como esta e que tem por líder espiritual o bispo do Porto existisse em 1910 a República poderia não ter passado pela ignomínia que se instalou no poder em nome da salvação da Pátria e a reduziu a um campo de concentração com estradas alambicadas onde circula uma minoria de senhores, enquanto o povo, o povo autêntico que os turistas não vêem, se arrasta de pé descalço em busca do pão de cada dia mais raro.

Todos os que desejam o bom entendimento da Igreja e da democracia em Portugal têm, pois, nestas atitudes do clero um sinal de verdadeira esperança. E Salazar tem nesta repulsa do clero a sua condenação. E' tempo de partir. O parêntesis vil que se abriu em 1926 está a fechar-se. O povo português renasce para a dignidade.

(Do "Diário de Notícias" do Rio de Janeiro)

O mundo de hoje é feito de nações organizadas de alto a baixo para a guerra total, a produção em massa, a ação conjunta de toda a população. Nas nações de primeiro plano cada homem ou mulher é um instrumento consciente da força nacional. Hoje, só nos países sub-desenvolvidos se menospreza a ação feminina no campo político-social e se permite à mulher o retraimento no lar, o confinamento da sua atividade na família, contando-se, evidentemente, com os riscos que corre aquilo a que se chama "a virtude feminina" sempre que existem mais largos contatos sociais.

Mas nós vivemos hoje, em Portugal, um momento de crise em que não só está em risco a integridade territorial da nossa herança ultramarina como o substratum qualitativo do povo. Uma ditadura imposta a duas gerações humanas é um fenómeno de dissolução que, não atingindo o genes hereditário é claro, age, evidentemente, sobre o comportamento que é resultante do educacional. Por isso apelo para a mulher portuguesa, por isso lhe digo que na nossa história de 800 anos este período é crucial.

Não acuso a minha compatriota pelo seu habitual desinteresse das constantes político-sociais suas contemporâneas. No artigo anterior deixei justificada a sua posição no magno problema nacional. Não a acuso mas apelo para o seu imperativo do Dever, mandado de de consciência que a nunca faltou afim de que estude, analise, considere, a autenticidade da situação em que se debate o nosso País e o nosso Povo; queiro dela que dê o seu apoio a aqueles que jogam dia a dia a liberdade e a vida na missão de salvar a Pátria da castrofe fascista, esse fascismo odioso de que Itália e a Alemanha ressurgiram após o banho de sangue da guerra com estrangeiros e de que Portugal irá sofrer a remissão lustral pela guerra civil.

Reclamo da mulher uma exegese que incida sobre a situação políti-

co-social das nações do mundo ocidental e culmine na interrogação: Porque existem em Portugal e Espanha regimes de ditadura que são únicos na Europa ocidental, porque sofrem Portugal e Espanha a opressão de regimes plutocratas exploradores e opressores dos povos em benefício das oligarquias dominantes, porque portugueses e espanhóis foram privados das liberdades e direitos comuns aos nacionais de quase todos os países do mundo ocidental, e humilhados, ameaçados, ofendidos, privados da liberdade de palavra, de reunião, de deslocação, de trabalho, de eleição, de greve, etc, sujeitos a prisão sem culpa formada e independente de qualquer delito, por tempo indeterminado e cumprida em campos de concentração dependentes do ministério do Interior, isso é prisão perpetua som ordem policial? (em Portugal decretos-leis n.ºs 37.447, 40.550, 34.553). Porque sofremos nós de medo do governo, opressão do governo, espancamentos, torturas, assassinatos, ordenados pelo Governo, e fomos privados de qualquer forma legal de exercer o direito de chamar a manifestar uma vontade diversa da do Governo? Porque se estruturam na Península processos de estagnação da vida político-social, em que se tenta deter a evolução do mundo moderno através da repressão policial e do total impedimento da criação de organizações para uma nova ideologia, uma nova economia, um novo conceito da justiça, uma cultura atualizada, uma renovação filosófica, enfim, um novo uhumanismo?

Evolução filosófica e económica e social está em curso em todo o mundo ocidental e o manancial povos livres na escolha do que lhes convém; em todo o mundo ocidental os povos são livres, na posse integral dos direitos inerente sa gente livre, criadores das leis que os sujeitam e manejadores do seu próprio destino; então porque só em Portugal e Espanha as gentes são como párias, degradados a uma si-

tuação que oscila entre a tutela imposta pelo Código Civil aos incapazes legais e a que as nações colonizadoras concedem aos nativos à guiza de paternalismo? Que de feito tem os povos de Portugal e Espanha para não disporem da sua maioridade e pessoa jurídica? Estes pontos são essenciais para se estabelecer um critério judicativo sobre as ditaduras peninsulares, sobre os ditadores que ouvem os cavaleiros do Apocalipse na galopada mas dizem como Luis XV: *Après moi le deluge*.

Há também que assentar no que seja Governo, nos direitos e atribuições dum Governo. Formam o governo, isto é, o Poder Executivo, um grupo de humanos em quem os seus concidadãos delegam a missão de organizar a vida em comum sob a forma estipulada nas leis aprovadas pelo Poder Legislativo. Portanto o Governo está no Poder por delegação do povo, é apenas o seu mandatário, é o executor da vontade do povo expressa pelas leis e os órgãos representativos da opinião pública. Se o Governo não é executor da vontade do povo mas o seu inimigo, se não está no Poder por delegação do povo mas por imposição duma gang militar ou civil, então um Governo parceira-se com a quadrilha dos cangaceiros que, em vez de assaltar um Banco ou um palácio de ricos põe mãos criminosas nos cofres públicos com o mesmo intuito de roubar e matar para enriquecer seus capangas. Um exército, ao serviço dum Governo imposto ao povo, é apenas a força armada da gang e participa com com ele da desonra que a todos infama. Este ponto também é essencial para o critério judicativo da situação portuguesa.

E há ainda que considerar o problema sob o ângulo do proveito, dado que o êxito dum plano o cobre de justificação. A luz desse prisma utilitário, podemos acaso concluir que Portugal e Espanha compraram com a perda dos direitos políticos do cidadão o benefício de gozarem dum elevado nível económico? Os palácios opulentos, os hotéis suntuosos, as estradas restauradas, o acieo das ruas, a ordem policial, acho eu que não são compensações para o que se verifica nas estatísticas da O.N.U. que colocam o Portugal e a Espanha das ditaduras abaixo do nível da civilização das demais nações do mundo ocidental, nesses índices básicos dos povos que são a prostituição, a sífilis, a tuberculose, a mortalidade infantil, o analfabetismo, a mendicidade, a produção per capita, o consumo per capita, etc. — Portugal ainda abaixo da Espanha, valha-nos Deus!

Apelo veementemente à mulher portuguesa para que nos acompanhe na luta contra o fascismo. Fascismo é uma palavra de fachada cheia de rachas de alto a baixo, e que já não encobre a orgânica político-social — económica do capitalismo e do imperialismo, sistema ultrapassado pela evolução da sociedade moderna.

E' preciso que a mulher portuguesa não seja um entrave na recuperação nacional mas um elemento construtivo e uma força consciente voluntariamente oferecida; é preciso que ela sinta o comodismo como covardia, o tradicionalismo como vergonha, e o espírito insurrecional como glória. Nada há mais humilhante para a dignidade da mulher portuguesa contemporânea que deixar entregue aos homens todos os riscos e a glória do espírito insurrecional anti-fascista.

Ela deve reconsiderar e rever os pontos de apoio do seu pensamento e sua ética, julgar das realidades portuguesas em relação com as europeias e estabelecer as paridades; ela deve acreditar em que a vida sem esperança e sem honra não merece o pão de que se alimenta; deve considerar que um Governo constituído por uma gang de assaltantes do Poder, mantido por um exército que não serve a nação no plano internacional mas se lhe impõe no nacional e a escraviza — que um Governo gerado desse crime infama, só pelo fato de existir, o povo que tanto suportou e destrói nas gentes o fundo básico de altivez que é a base mesma, íntima e profunda, da dignidade humana.

Sinto-me corar quando um estrangeiro bem informado da realidade em Portugal faz esta pergunta desconcertante: *Porque é que os portugueses aceitam uma situação de povo sub-desenvolvido e se não revoltam?*

Cai sobre nós esta vergonha, mulheres!

Portugal - 1958 visto por um ultramarino

Por Geraldo Campos

Uma visita turística a Portugal é normalmente uma experiência agradável. Mas uma visita de observação como as que, por dever de ofício, fazem os jornalistas, é uma experiência deprimente.

O turista procura o pitoresco e não penetra para além das aparências. A reputação do Estado Novo vive precisamente das aparências. Nalgumas estradas transversais, que ligam as estradas interiores às estradas internacionais, o asfalto prolonga-se apenas até onde alcança a vista.

O turista brasileiro, lisongeados pela premeditada cortezias oficial, acarinhado pela natureza hospitaleira do carácter português, confunde a aparência de ordem e civismo e não se dá conta da perseguição da polícia, do zelo da censura, das arbitrariedades porque paga o povo português a paz dum disciplina imposta pela sordida ditadura do Estado Novo.

A miséria esconde-se da polícia. "É proibido mendigar", é uma das grandes soluções sociais do Estado Novo, sintese do seu espírito simplista e provinciano, da sua mania de encobrir os problemas, quando não vê possibilidade de os resolver.

A miséria esconde-se por toda a parte. Atrás dum misero cabaz de fruta que ainda outro dia vi apreender em Lisboa a uma velha mulher que caíra no chão ao tentar fugir a um polícia. Atrás de dentes, gravatas, e das canções dos cegos que percorrem as ruas de Lisboa e do Porto. Nas proteções de ferro que revestem as miséras lâmpadas de escada, por causa dos ladrões, nos tapetes com cadeado.

E o fato mais trágico é que a miséria não é aqui uma situação acidental, mas uma condição social. Vive-se e morre-se pobre, como membro duma casta.

A escala de salários é das mais baixas da Europa, a taxa de analfabetismo mantém-se em 40%.

Se fôssemos a tomar como válidas as ditaduras, pelas obras materiais de fachada, pelas bargagens e estradas — teríamos de concluir que o regime soviético,

que operou na União um espetacular desenvolvimento económico, era o regime ideal. Mas o preço porque o povo português tem pago a estabilidade fiscal e umas tantas obras em cimento armado, só se pode medir pelo sacrifício imposto na economia dos salários do operariado, que ferreamente se mantém baixos e não acompanha a desvalorização interna da moeda, nos preços fixados para os produtos agrícolas, no atrofiamto provocado pelo controle do Corporativismo, que ninguém, nem os próprios improvisadores da doutrina do Estado Novo, sabem definir exatamente o que é. Só se pode medir no domínio do intangível — para manter a sua disciplina, a corrupção moral provocada pelo Estado Novo transformou Portugal numa nação de lacaios, lacaios nas cátedras das universidades, lacaios no exército, lacaios na polícia e nos ministérios. Um grande número de homens neste país ganha o sustento da família, denunciando, perseguindo, espancando, ou exercendo outras tarefas, de ética repugnante, em nome da segurança do Estado.

O último período eleitoral teve o significado histórico de provar que a maioria do povo português não é adepta do regime e as mistificações e grosseiros expedientes, na falsificação dos cadernos eleitorais, na repetição de nomes, no pagamento, com fundos públicos, de votos que, pelas mesmas pessoas, usando vários nomes, foram depositados em várias urnas, teve pelo menos a virtude de dar a conhecer, aos próprios servidores do regime a situação precária em que se encontrava e o descalabro moral a que chegou a farsa eleitoral que o mantém no poder.

Hoje, Portugal, parece uma velha nau encalhada onde a vida, para os mais sensíveis, é um amargo exílio na própria terra. Os jornais portugueses são umas patéticas folhas com alguns telegramas internacionais. Um noticiário de pernas partidas e pequenos deli-

tos é tudo quanto escapa à censura sobre a vida nacional. Em Lisboa há apenas dois teatros em funcionamento — a censura proíbe a maioria das peças, embora permita que elas sejam levadas à cena por Companhias Brasileiras "para brasileiro ver". Os grandes da inteligência nacional exercem uma atividade política verbal nas mesas do café, sob a vigilância dos agentes da Polícia de Segurança.

Mas a própria remodelação Ministerial indica que o regime está inseguro. O regime é Salazar, o único homem que seria capaz de a explicar.

Não se podem tirar conclusões seguras pois que alguns dos próprios Ministros eliminados não sabiam da decisão salazarista. Mas a eliminação de Santos Costa, de Marcello Caetano e doutras "estrelas" que fielmente serviam o ditador parece demonstrar que Salazar viu necessidade de ceder perante o descontentamento popular e preferiu a solução simplista, de esperteza saloia, que mais lhe convinha: a de criar a aparência de que, mudando os homens, se saneavam as razões de queixa. Traiu-os ingratamente, para se salvar.

Mudaram os personagens mas continuou o drama. A oposição não deixou de ser oposição e hoje, para milhões de portugueses, quem a personifica é o General Humberto Delgado que, num país onde se temia que Salazar só fosse "enterrado" depois de morto, teve a coragem de o fazer descer à cova em vida, afirmando que, se fosse eleito, "óbviamente o demitiria."

Como "um homem montado num tigre que não pode descer dele", Salazar está cada vez mais isolado e apavorado. Prisioneiro da sua obra, velho, vive na esperança e na teimosia de vir a ter funerais nacionais, sacrificando o país ao seu capricho. Sabe-se que o próprio General Botelho Moniz, que substituiu Santos Costa no Ministério da Defesa, tem "compromissos morais" para com o Capitão Henrique Galvão, agora a (Continua na 6.ª pg.)

"Pele", de Henrique Galvão Os católicos e a democracia

por João Alves das Neves

(Continuação da 1.ª pag.)

Apesar da censura, da policia politica e de todos os processos de "lavagem do cerebro" em grande escala que têm sido utilizados em Portugal, nos últimos trinta anos, pintores e romancistas, poetas e dramaturgos continuaram a escrever ou a pintar, embora muitas das suas obras sejam conhecidas, nalguns casos, de raros apenas, ou, noutros, apresentados ao público numa linguagem quase cifrada que, em boa verdade, só os iniciados conseguem adivinhar.

E' certo que numerosos são aqueles que não conseguem adaptar-se a este modo de expressão semiclandestino, todo feito de símbolos e de subentendidos, e que chegam, por isso, a dar o seu contributo para o combate que os intelectuais portugueses vêm travando, desesperada mas corajosamente, contra o obscurantismo a que se encontram submetidos. Outros recorrem, porém, ao livro ou até ao artigo para, indirectamente, oferecerem ao leitor uma ideia que fortaleça melhor ainda uma opinião já de si naturalmente inclinada para os ideais de liberdade.

Entretanto, à medida que as valvas de escape são descobertas e destruídas pela gigantesca máquina de repressão montada pelo partido único, outros processos, sucessivamente, vão sendo encontrados para o prosseguimento. Com efeito, a revolta dos portugueses, mesmo que surja quase inconscientemente, não é gratuita, pois cada gesto e cada palavra se ergue ou profere para derrubar a atmosfera de inquietação que se instaurou em toda parte, desde a fabrica ao meio rural, do escritório e da repartição official às escolas, ao "café" e à própria rua. Por aqui se vê quanto tem sido decisiva a acção dos intelectuais, e assim se compreende que a esmagadora maioria dos intelectuais portugueses sempre se tenha pronunciado abertamente contra o regime ditatorial do sr. Oliveira Salazar.

A Cór da "pele"

No quarto do hospital onde está preso, enquanto não o transferem de novo para a Penitenciaria de Lisboa (a cadeia mais segura de todo o Imperio...) ou para qualquer das inúmeras prisões reservadas aos políticos que o regime semeou pelo País, Henrique Galvão continua escrevendo. Existe ainda e reage, vive e resiste, e a prova têm-na no seu último romance, cujo titulo é significativo: *Pele*.

No portico, o autor inscreve uma legenda que pertence a C. Audry, mas que insinua, nas entrelinhas, todo o seu drama de homem e de intelectual: "La durée est devenue l'élément essentiel de notre combat. Elle est notre combat même, à toutes les heures de notre vie. Tant que nous existons, les autres ne peuvent dormir tranquilles. Cela nous suffit. Nous durons". "Duramos". Se nesta palavra está por natureza definida a tragédia do povo português, especialmente a dos artistas e intelectuais de Portugal que combatem para, estrebuchando embora, poderem erguer ainda a sua voz gritando que estão vivos, Henrique Galvão é porventura um dos intelectuais e artistas que mais intensamente a vive, pois é na própria carne que a sente, pois é o seu sangue que porventura corre mais violentamente no seu corpo imóvel dentro das quatro paredes da cela para onde o atiraram.

Pele não tem o objetivo de "levantar e, menos, agitar qualquer problema ou questão social", diz o seu autor, mas, simplesmente, "é apenas o que é: uma história de gentes civilizadas, e batizadas, do Ocidente, contada como eu gostaria que me contassem". Definido assim, acrescentaremos só que o romance é valido mesmo para lá do seu propósito literário, ainda que Henrique Galvão não fosse o singular escritor que é, nem tivesse o lugar especialissimo e importante que merece ocupar no panorama da literatura portuguesa contemporânea.

Abordando um problema que poucos dos seus compatriotas ousaram tratar abertamente, e situando-o no meio de Lisboa, fica desvendado o racismo muito "sui generis" dos portugueses que, aceitando (na Metrópole) os seus cidadãos de cor negra oriundos de quaisquer parcelas ultramarinas, abrindo-lhes, à face da lei, todas as portas, colocando-os, nalguns casos, em posições inegavelmente destacadas, consentindo, em suma, numa convivência ampla (que outros países ditos civilizados repe-

lem bem mais cruelmente), acabam por lhes negar, no intimo, uma vivência que é, afinal, a própria negação dos principios que apreçoam. Com efeito, não há negro, nem mestiço que possa abraçar a carreira diplomatica, nem por outro lado, matricular-se na "Escola de Exército". Liberdades que os códigos consentem, mas que o uso repele...

Os personagens de *Pele* começam a viver na "belle époque", desbainando-nos as contradições de uma familia aristocrática e decadente, cujos membros se repartem na defesa dessa decadência ou na apologia de uma coexistência que cada vez mais necessária se torna. A figura central, que veio do encontro fortuito entre um branco e uma negra que, certo dia, regressou aos seus hábitos ancestrais, recebe uma educação a que não hesitaremos chamar "européia", e quase não atenta, no decurso dos seus estudos brilhantes, nos remoqueos com que, de vez em quando, é afrontada, por virtude da sua cor. Bela, tudo esperando da vida, confiada no seu trabalho entusiastico e na sua inteligência arguta, a jovem teve a revelação brutal da hostilidade em que até aí vivera quando soube que a pigmentação da pele lhe vedava a entrada na Universidade, onde disputava um lugar de professor. Foi o desabar de todos os sonhos e da propria vida, o desagregar dos laços que a prendiam às mais fortes amizades, a certeza de que a meta da felicidade a que aspirava seria inalcançavel. E deu-se o regresso, o deslize de degrau em degrau, a queda total e irremediavel — porque não há comunicabilidade entre o que se garante nos textos e o que se permite na realidade.

Do desespero à libertação

O romance termina com esta nota de desespero. Na distancia que separa as diversas épocas, Henrique Galvão oferece-nos um estudo no tempo das suas coordenadas politicas, sociais e morais, a fim de melhor nos colocar no ambiente vivido pelas suas personagens. Esse estudo mostra, por si só, a validade de um intelectual que se debruça sobre os fenomenos contemporaneos, explicando-os por meio de uma rigorosa análise interpretativa, quase científica, absolutamente real. Para lá da verdade que deste modo Henrique Galvão empresta às suas figuras romanesca, fica-nos ainda a certeza de que, paralelamente ao desenrolar da acção, o autor não se desprende

nem se desinteressa do que, exteriormente, acontece à sua volta, desde o processamento à fixação das ideias.

"Duramos". E' natural que se Henrique Galvão puder reescrever, um dia, o seu romance, sem as peias de uma censura que, mais fortemente do que a qualquer outro escritor português, o manietam, toda a multidão de símbolos que se agitam nas páginas de *Pele* deve passar a ter outros nomes, sentidos diferentes, epidermes que, então, podem ser brancas ou negras. O romance da jovem mestiça é a história exata dos intelectuais de Portugal — a de jornalistas sem jornais, a de escritores sem romances, a de pintores sem quadros, a de cineastas sem filmes. E' ainda a história da juventude que crê, que batalha, que se busca — para tombar do alto dos seus sonhos na confrangedora realidade de uma vida sem amanhã.

Hoje, a continuação só é possível em Portugal através da revolta. Podem ser outros os rotulos, podem as pessoas caminhar pelas ruas fingindo que ninguém as segue, podem ler o *Diario de Noticias* sem o protesto evidente de que as informações são comprovadamente falsas — mas, bem no intimo, sabem todas que a sua descrença nos discursos apologeticos de Salazar e dos seus ministros e secretarios é já uma forma de resistencia. O homem da rua, mesmo sem gestos, mesmo sem palavras, resiste, sorrindo, inventando anedotas, silenciando, pois a sua inquietação não sabe ou receia manifestá-la por outro meio. O processo do intelectual é diverso, também occulto, mas patente a todos aqueles que aprenderam já a ler nos sublinhados um protesto, um grito, a dor profundissima de um povo que se agita nas trevas de uma noite longa de trinta anos.

Que Salazar não conseguiu cortar as raizes de uma vontade nem sempre clara mas sempre presente vemos-lo em todas as manifestações de centenas de intelectuais que, privados de voz, se pronunciam por subentendidos. Portugal resiste, os seus intelectuais resistem, Henrique Galvão é um dos exemplos mais vivos dessa luta subterrânea. A dor, a prisão, a promessa de que o Sol para elle se extinguiria de todo não conseguiram diminuir a sua vitalidade. Nem a sua esperança. E' que, um dia, mesmo que Salazar não queira, o Sol de novo iluminará Portugal. ("O Estado de S. Paulo").

A corrupção do Estado Novo mala 40 pessoas!

Com o titulo de "Assassinos! Assassinos!" (A propósito da tragédia do hidroavião "Porto Santo" que cobriu de crepes a nossa aviação civil), circula em Portugal um extenso documento, no qual se denuncia mais um horroroso crime praticado por alguns agentes do regime.

Recorda-se que, há poucos meses, o hidroavião "Porto Santo", que fazia carreiras entre Lisboa e o Funchal, precipitou-se no Atlântico com 40 pessoas, nenhuma das quais se salvou. Correu, então, o boato de que o referido aparelho fôra comprado nos Estados Unidos, quando se encontrava já na sucata. Mas os "técnicos", todos ligados aos TAP e outros monopólios criados pelo governo fascista, com vista a facilitar os fabulosos ordenados dos próceres do regime salazarista, não hesitaram na aquisição.

O escândalo foi inicialmente denunciado pelo jornal "Ecos do Funchal", na sua edição de 2 de Outubro de 1958, em artigo intitulado "Será Verdade?". O hidro comprado — escreveu o jornal madeirense — "já estava na sucata, por velho, inútil e incapaz de se manter lá por cima e, de tal modo, que esteve quase a afundar-se na Baía de San Diego, quando tentou iniciar a viagem com destino a Portugal". Com efeito, o aparelho, um "Martin Mariner" — explicou ainda o "Ecos do Funchal" — fôra construído há 14 anos. Mas custara apenas 1.500 dólares (cerca de 45 contos portugueses), enquanto que o preço de um novo era de 100.000 dólares, aproximadamente.

O responsável pela compra foi o director-técnico da aviação civil portuguesa, posteriormente transferido, "por conveniência de serviço", depois da tragédia do "Porto Santo", para a aviação

militar. Entretanto, a direcção da Aeronáutica Civil não teve vergonha de publicar na imprensa censurada de Portugal, no dia 11 de Outubro passado, uma nota officiosa em que, desculpando os que tinham intervido no "negócio", declarava carecer "de fundamento qualquer noticia tendenciosa posta a correr sobre o assunto, pois o governo acompanhou, através dos seus órgãos, o estabelecimento da nova linha entre Lisboa e o Funchal".

Sempre se caracterizaram o sr. Salazar e os seus áulicos pelo cinismo com que têm deformado a realidade portuguesa. Mas não deixa de bradar aos céus que, para encobrirem um "negócio" que certamente beneficiou os monopólistas dos TAP & Ca., se não hesite na mentira descarada — à sombra da morte de quarenta pessoas!

A Aeronáutica Civil era um caos onde todas as rotulheiras se faziam impunemente quando o general Humberto Delgado foi chamado para fazer a "limpeza" dos serviços que tão brilhantemente criara, anos antes. Mas "o homem sem medo" não pôde concluir a sua tarefa, pois Salazar demitiu-o. Logo os corruptores voltaram à carga. O resultado de um dos seus múltiplos "negócios" está à vista: 40 mortos... e o responsável transferido "por conveniência de serviço"...

Não julgue, porém, o ditador luso, nem os seus asseclas, que este e outros crimes ficarão impunes. Quando chegar a hora, *O Povo Português pedir-lhes-á contas!* Não esqueceremos a tragédia do "Porto Santo" nem os sucessivos crimes que Salazar, a sua policia, os seus ministros, os seus directores gerais e os seus chefes de repartição, cometeram no decorrer de 30 anos! E não tarda já o momento de lhes pedirmos essas contas!

conscientemente em si e na sociedade de "espírito democrático". De facto, de acordo com a luminosa Mensagem de Natal pronunciada em 1944 pelo Papa Pio XII, a democracia não é apenas uma forma de governo, mas antes de tudo um "estado de espirito", que deveria orientar o curso da história para que se reconheça a dignidade, mesmo temporal, da pessoa humana, a igualdade de direito que têm todas as raças à existência, e o desenvolvimento, a unidade, mesmo temporal, da grande familia humana, possibilitando assim a participação cada vez mais larga, mais eficaz e mais consciente de todos os homens, nos negócios públicos e nas decisões que dizem respeito ao destino comum. E não será a pessoa humana, consciente e em uso dos seus direitos que poderá prestar as homenagens mais dignas e mais meritorias ao Criador de todos?

O PAPA CONTRA AS DITADURAS

Mas o Papa Pio XII foi muito mais além. Num dos seus discursos mais famosos (de 2 de outubro de 1945, inaugurando o novo judiciário do Tribunal da Rota), examinou as três espécies dos regimes modernos, totalitarismo, autoritarismo e democracia e tomou posição nítida ao lado da democracia cristã e personalista, em posição à democracia liberal e individualista. Sobre tudo a crítica pontificia do regime autoritário que detem a nossa atenção, já que o regime politico português, atualmente em vigor, costuma-se chamar, com certo e inegavel eufemismo de "democracia autoritaria". Declarou o Pontífice: "é incontestável que uma das exigências vitais de todas comunidades humanas e, portanto, igualmente da Igreja e do Estado, consiste em assegurar, de modo duradouro, a unidade na diversidade os seus membros". Após ter revelado a natureza interna de cada totalitarismo, incapaz de satisfazer a essa exigência, porque comprime em uma unidade ou coletividade mecânica, marcada pelo timbre do Estado, de raça ou de partido, toda vida própria, legitima, pessoal, local e profissional", o Papa analisou o autoritarismo. "A outra concepção do poder civil pode ser designada pelo nome de "autoritarismo", está bem longe de responder a essa exigência (a unidade da diversidade), já que exclui os cidadãos de toda participação ou influencia eficaz na formação da vontade social. Esse autoritarismo divide, por conseguinte, a nação em duas categorias, a dos dominadores ou senhores, e dos dominados, cujas relações reciprocas vêm a ser puramente mecánicas, sob o império da força, ou têm uma base puramente biológica. Ora, quem não vê que, desse modo, a verdadeira natureza do poder do Estado fica profundamente transtornada? Esse poder, com efeito, tanto por si mesmo como pelo exercício de suas funções, deve tender a que o Estado seja uma verdadeira comunidade, intimamente unida ao fim último, que é o bem comum. Mas neste sistema, torna-se tão débil o conceito do bem comum, e tão claramente aparece, como um pretexto enganador, que um "dinamismo" legislativo desenfreado exclui toda segurança jurídica e, por aí, suprime um elemento fundamental de toda a verdadeira ordem judiciária". Quem não poderia descobrir no regime português, esses elementos essenciais do Estado autoritário, que "exclui os cidadãos de toda participação ou influencia eficaz, na formação da vontade social"? De fato, neste regime, os ministros são nomeados pelo chefe do governo vitalício e têm de responder unicamente a ele. A representação popular é uma assembléa muda e obediente. Como prova desta afirmação, entre 120 membros do Parlamento, em 1949, 119 pertenciam ao partido governamental. Prevendo a objeção dos autoritários, ao dizerem não ser exato que os cidadãos não participem da vontade social, pois diversos plebiscitos e eleições sempre acompanhavam o regime autoritário, devemos salientar que o Papa incluiu aquéle adjetivo — eficaz — para mostrar que não basta uma influencia nominal. Num regime, no qual praticamente existe um só partido, organização de cima, pelo Chefe Nacional, a influencia dos cidadãos na formação da vontade social, não passa de ser nominal. O Papa continua: "Esse autoritarismo divide, por conseguinte, a nação em duas categorias, a dos dominadores ou senhores, e a dos dominados", e Alceu Amoroso Lima, conhecido escritor brasileiro católico descrevendo o Portugal de hoje, diz: "Existem, pois, sob as aparências... de uma

grande unidade nacional, dois Portugais, irreductíveis um ao outro. O Portugal official e satisfeito dos homens da situação, dos militares, dos ricos, dos fidalgos e homens de letras cortejados pelo regime, e o Portugal do povo, dos intelectuais livres, dos professores e estudantes universitários, de padres de visão ampla, das classes médias, dos politicos de grande classe, como um Cunha Leal, por exemplo, desludidos do neo-pombalismo. É um contraste flagrante, não para quem vê apenas de fora, mas para quem procura conversar e conhecer um pouco o que existe atrás de aparências..." Um terceiro traço do regime autoritário, no discurso do Papa, como consequência lógica dos traços antecedentes, é a falta de "toda segurança jurídica". Com efeito, um poder civil, incapaz de assegurar, pela realização das liberdades constitucionais e da justiça social, a unidade na diversidade de uma verdadeira comunidade, qual o Estado deve ser, sente-se obrigado a fundar-se, sobretudo, no aparelhamento policial. Seja a maior contradição qual for, não é a policia a base da ordem pública, embora a possa ser em casos derradeiros. Quanto ela for a única ou principal base da ordem, revela insegurança pública, uma situação constante de casos derradeiros, por falta de coesão interna da sociedade.

Da nossa parte só podemos acrescentar que, se — uma e indivisa por um lado, a causa dos direitos naturais que a pessoa tem à liberdade da fé à liberdade religiosa, à liberdade do testemunho da consciência, à liberdade do desenvolvimento da sua personalidade por outro lado, o universalismo católico se for sincero e honesto, realmente católico, deve coordenar sua atitude nas diversas partes do mundo.

Portugal-1958

(Continuação da 5.ª pg.)

cumprir 16 anos por conspiração contra a segurança do Estado. Sabe-se que o Gen. Craveiro Lopes ainda tentou fazer um golpe de Estado, mas hesitou o tempo suficiente para o malograr. Sabe-se que o Gen. Humberto Delgado o faria se não estivesse abandonado pela covardia do Exército. Sabe-se e consta. Estes rumores desenhados, este descrédito geral do Estado Novo, este ódio de dentes cerrados que se vê no rosto de tantos portugueses, parecem ser o prenúncio de que o Estado Novo tem o vigor dos moribundos.

Durante os últimos trinta e dois anos da vida portuguesa, a ditadura não uniu os portugueses, não os educou para o auto-governo e para a democracia. Pode afirmar-se que o Estado Novo vai deixar o país como o encontrou. Ditadura que não foi sangrenta, mas foi de "sangue-pisado", impôs tremendos sacrificios em paga duma obra que não pôde comparar-se, nem em termos relativos, à que foi operada por tantos outros países democráticos no mesmo período. Mesmo que se salve da tragédia latente que veio a criar, ficará historicamente como mais uma prova de que a ditadura, como o crime — não vale a pena.

—o—

N. da R. — O autor deste artigo, que se oculta sob um pseudónimo por razões evidentes, é um jornalista do Ultramar português que nos enviou as suas impressões de uma breve estada na Metrópole.

Publicações recebidas

Recebemos da Presidência do Conselho de Lisboa, "com os cumprimentos da Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique", o livro "Descobrimiento do Atlântico", da autoria do sr. Costa Brochado.

Igualmente recebemos da Fundação Cakouste Inlbenkian o seu relatório de actividades em 1958.

Não é sem certa surpresa que "Portugal Democrático" registra a recepção destas publicações. Aceitamo-las como expressão da influencia que o nosso jornal vem tendo nos últimos tempos, na evolução da situação politica portuguesa, e bem assim como fruto da sua expansão em todo o mundo onde se fala a nossa lingua.

Salazar e a condição humana

MIGUEL URBANO RODRIGUES

Claude Lévi-Strauss, que sem ser especificamente um sociólogo, é um dos espíritos de forma mais lúcida e penetrante tem procurado de-avassar, do ponto de vista sociológico, o mistério do homem e as perspectivas que se oferecem às sociedades modernas, afirma numa das suas últimas obras "que quando os homens começam a sentir-se apertados nos seus espaços geográfico, social e mental, correm o perigo de ser seduzidos por uma solução implista: a que consiste em recusar a qualidade humana a uma parte da espécie (1).

Supomos que o Sr. O. Salazar, indivíduo cujo pensamento não se atualizou em campo algum e muito menos na Sociologia, desconhecerá a reflexão do autor de "Race et Histoire". Longe de nós insinuar que Lévi-Strauss pensava ao de leve no antigo professor de Coimbra ao formular aquela observação. As fronteiras de um país ou mesmo de um continente, o próprio fluir dos anos e dos lustros aos olhos de espíritos como o seu são acidentes demasiado insignificante para servir de base à elaboração de teses gerais. Mas nem por isso a passagem do Sr. O. Salazar pela Terra e a sua permanência de 32 anos à frente de uma coletividade determinada — o povo português — deixam de constituir uma confirmação expressiva da teoria enunciada. Toda a obra compreendida pelo chefe vitalício do governo luso não é mais do que uma "desvalorização sistemática do homem pelo homem". Tudo para uns, nada para outros!

À margem dos sofrimentos e humilhações infligidos a milhões de pessoas a quem, para todos os efeitos, exceto o da propaganda, é negado o reconhecimento da condição humana, um dos aspectos mais dramáticos da revolução salazarista é a ilusão em que o seu autor vive acerca da obra realizada. O Sr. Salazar considera-se um ser de exceção. Tantas vezes lhe chamaram "genio" que acabou, vencendo complexos recalques, por se olhar no espelho da história. Onde quer que tenha falhado, pensa que foi por culpa alheia... Tal opinião está, porém, longe de ser unânime em Portugal. Em carta para o Brasil, um dos quatro intelectuais recentemente presos em Lisboa classificava mesmo de estúpido o Sr. O. Salazar. Com certa impropriedade, a nosso ver. No ascético filho de Santa Comba Dão vemos tão só uma lamentável e irremediável expressão de mediocridade. Mediocridade no humano, no fundamental, pois seria injusto negar-lhe uma viva inteligência técnica. Mediocridade que explica o seu imobilismo, que o impôs à admiração de dezenas de milhares de mediocres, mas que o levou, também, à solução simplista de construir em plena era do átomo, na Europa Ocidental, um império absurdamente estratificado em que as classes oprimidas, à força de o serem, deveriam acabar por se contentar com a sua subcondição humana, tal como na utopia huxleyana. Padre Sr. O. Salazar!

O Sr. O. Salazar discursou na semana passada. Uma dessas arengas, longas, fastidiosas, pesadas e monocórdicas que esgotam a reserva de adjetivos do órgão do regime, o "Diário da Manhã". O pretexto da fala do "chefe" foi o juramento dos membros da nova comissão executiva da União Nacional — o partido único. Mas bem outras eram as preocupações do Sr. O. Salazar. Pela primeira vez na sua vida, o criador da "democracia orgânica" reconheceu que alguns que sempre estiveram com ele o abandonaram. Compreendemos a sua desilusão, pois esses alguns são a quase totalidade dos católicos portugueses (2). Daí, o tom ora implorante, ora ameaçador do ex-colega do cardeal Cerejeira, que se considera traído pelos fiéis e pelo clero como se o sentimento religioso fosse um monopólio do Estado Corporativo. O Sr. Salazar recusa-se a admitir que a juventude se sinta angustiada e inquieta e que dissocie a sua pessoa e as suas idéias dos princípios fundamentais proclamados pela Igreja de Cristo. Magoa-o tal atitude que se lhe afigura inexplicável. Por que náusea e vacuo se os membros da sua geração haviam sabido agir e estavam entregando à juventude de hoje "uma nação com prestígio maior do que a que herdamos?" Trágico equívoco o seu, e estranha noção do que é o prestígio... O Portugal escravizado e a geração frustrada que deixará atrás de si encarregar-se-ão de o julgar. Perde tempo a dar conselhos a uma mocidade

que não lhes pede e que o considera como o grande responsável pelos seus males.

Mas teimoso até a cegueira, o paternal líder do Estado Novo insiste. Que querem os jovens mais do que vida familiar, do que o direito de amar o país e a história dos seus antepassados, do que a alegria de ter vinte anos, mais do que as próprias penurias ou as de seus vizinhos. Abstemo-nos de comentar aquilo que o Sr. Salazar permite à juventude, alguns dos sentimentos e direitos que no seu entender são mais do que suficientes para encher uma existência. Quando se dirige aos católicos é, aliás, muito mais severo. Adverte-os em tom sibilino de que ou voltam ao rebanho do Estado Novo, identificando-o com o Senhor, ou — pensa talvez aterrar o Vaticano — tocará nesse problema entre todos delicado que é a Concordata com a Santa Sé. A ameaça é clara: rever todo o edifício das relações entre o Estado e a Igreja.

Desta vez, teve uma palavra para todos. Com os adversários do regime foi implacável. A sua colera será algo de terrível se quiserem beneficiar-se da sua renúncia à atividade política, pois a União Nacional sempre procurou não se parecer a um partido político.

Enfim, tudo está em que novos e velhos se disponham ordeiramente a seguir os conselhos do Sr. O. Salazar e a meditar sobre as próprias penurias ou as de seus vizinhos. Nesse ponto, damos inteira razão ao orador. Lamentamos, apenas, que ele não tenha sido um pouco mais preciso no que se refere à penúria nacional. O ex-professor de finanças, tão minucioso em matéria de contas, esqueceu-se de acrescentar que, apesar do rendimento nacional se ter elevado de 32% nos últimos dez anos, a classe média apenas viu aumentados os seus proventos em 13%, enquanto o salário real dos trabalhadores agrícolas — metade da população vive da agricultura — baixou de 3% no mesmo período.

Bem pode o povo de Portugal chorar sobre a sua penúria...

"É preciso muita ingenuidade ou muita má fé para pensar-se que os homens escolhem as suas crenças independentemente da sua condição. Longe de serem os sistemas políticos a determinar a forma de existência social, são as formas da existência que conferem um sentido às ideologias que as exprimem..." (3).

Ignoro o que teria a objetar o Sr. Salazar a esta outra e não menos lúcida reflexão de Lévi-Strauss. Mas é evidente que no Portugal autêntico, plasmado já em nação bem antes de se constituir em Estado independente, na grei que na era de quinhentos soube situar-se na vanguarda da Humanidade, no povo ao qual me orgulho de pertencer, não pode o Sr. Salazar enraizar uma ideologia que se situa nas antipodas da vocação universalista e liberal da gente lusitana.

O Sr. O. Salazar pode, isso sim, pronunciar dezenas de discursos tão solenes como vazios de sentido — pode mandar prender pela sua Polícia privativa (sem sequer informar o ministro do Interior) os valores mais altos da inteligência portuguesa e divulgar notas oficiais declarando-se pronto a receber de "braços abertos" personalidades estrangeiras — Aneurin Bevan e Julio de Mesquita Filho — e impedir, por outro lado, a sua entrada em Portugal; pode afirmar que toda a imprensa portuguesa se manifestou contra a intervenção de estrangeiros na vida política portuguesa, porque terá sempre escribas a soldo, nos jornais amordaçados de Lisboa; pode mesmo inventar que não há emigrados nem presos políticos. Pode dizer tudo o que lhe aprouver. Mas, aí dele, jamais conseguirá ultrapassar a sua pequena dimensão humana e política.

O Sr. O. Salazar era em 1926 um professor aplicado e estudioso, mas de acanhadas perspectivas. Ao cabo de 32 anos vívidos no comando de uma coletividade heterogênea de 19 milhões de seres humanos, permanece o mesmo — continua ser uma competência em matéria de balanços. Não evoluiu. A História julgá-lo-á como um mediocre e um frustrado. (De "O Estado de S. Paulo, 21-XII-958)

(1) e (3) — "Tristes Tropiques", C. Lévi-Strauss Paris, Librairie Plon.

(2) — O artigo já estava escrito quando tivemos conhecimento da homilia proferida pelo cardeal Cerejeira, preferindo o povo aos membros do governo português.

O que "Anhembí" escreveu sobre os amores do proconsul

Desde há muito que, entre inúmeras coisas lastimáveis, Salazar se destacou pelo ódio com que, nos seus trinta anos de reinado, perseguiu os verdadeiros intelectuais de Portugal. Dezenas e dezenas de escritores, artistas, universitários, numa gigantesca galeria em que desfilarão os melhores valores da "inteligentzia" portuguesa, foram presos à ordem do inquisitor de Santa Comba, torturados, vexados pelos mais indignos processos, e, em alguns casos assassinados.

Em face desta criminosa desenvoltura, a prisão de qualquer intelectual lusitano é simples rotina. A acusação impende, em regra, sobre as "atividades comunistas" das vítimas caídas sob a impiedosa alçada da "gestapo" salazarista. Não raras vezes, apesar da notória habilidade com que a política fabrica documentos falsos, os tribunais absolvem os "réus", dada a inconsistência das "provas" sugeridas pelos agentes da PIDE aos juizes. O que não livra, é claro, de seis meses de prisão (é a regra determinada legalmente: cento e oitenta dias para a instrução do processo), nem tampouco lhe proporciona o direito de exigir a mínima indenização...

Mas se a cadeia política é caminho de que nenhum cidadão português pode orgulhar-se de estar livre, as "razões" apontadas para justificar a prisão recente de Jaime Cortesão, António Sérgio, Azevedo Gomes e Vieira de Almeida — quatro dos mais altos expoentes da intelectualidade portuguesa contemporânea — foram de estarrecer. Os quatro (com o general Humberto Delgado, que não foi preso na circunstância por motivos óbvios...) cometeram o nefando "crime" de esclarecerem a opinião do país acerca da atitude do governo ditatorial, ao negar a entrada em Portugal do líder trabalhista inglês, sr. Aneurin Bevan.

Porque tiveram a coragem de desmentir o sr. Oliveira Salazar, os quatro viram-se trancafiados nas masmorras do Forte de Caxias, situado entre Lisboa e Estoril. A notícia da prisão teve o efeito de uma bomba nos países livres e democráticos. Centenas de portugueses protestaram contra o novo e ilegal desmando, enquanto que começaram a cho-ver em Lisboa, providas do do estrangeiro, mensagens de repúdio à decisão do ditador luso. Sobretudo no Brasil, as manifestações de solidariedade aos quatro intelectuais portugueses multiplicaram-se de tal forma que Salazar voltou atrás com a sua decisão — e libertou os presos. Com efeito, jornalistas, escritores, artistas, em suma, os mais lídicos representantes da intelectualidade brasileira promoveram uma campanha de agravo ao governo fascista português que se alargou pelo País inteiro. Hoje, não subsistem dúvidas de que o sr. Oliveira Salazar se atemorizou com a tempestade erguida no Brasil contra o seu indigno ato. E são os próprios democratas portugueses que vivem neste País os primeiros a proclamar que foi o Brasil quem libertou Jaime Cortesão, António Sér-

gio, Azevedo Gomes e Vieira de Almeida.

Sabe-se, entretanto, que no momento em que foram presos os intelectuais portugueses, dois deles encontravam-se gravemente doentes: Cortesão e Vieira de Almeida. Quanto ao primeiro, os seus amigos chegaram a recear pela sua vida, em face das condições péssimas em que fora internado; quanto a Vieira de Almeida, a polícia secreta foi arrancá-lo da cama, onde permanecia desde 5 de outubro, depois de ter sido atacado, juntamente com outros democratas, com bombas de gases lacrimogêneos, no decurso das comemorações da implantação da República Portuguesa.

Salazar promete, agora, o julgamento dos signatários do "manifesto subversivo". Porém, apesar do medo, apesar de tantos desmandos do judiciário português jungido a Salazar, ainda queremos crer que não haverá em Portugal juizes que tenham a covardia de condenar os cinco homens que ousaram afrontar as iras do ditador fascista.

Quando a reação contra esse ato covarde e indigno começou a tomar proporções inesperadas, a ditadura portuguesa fez uma declaração digna das ditaduras acuadas, seja portuguesa ou outra qualquer: as quatro ilustres figuras não estiveram presas, assim afirma o comunicado, haviam sido apenas detidas para prestar declarações... Ai está a que fica reduzido um governo de uma nação, quando se abai-xou ao nível em que o sr. Oliveira Salazar colocou o de Portugal, cuja desmoralização há muito se vem infiltrando pelo próprio corpo da terra portuguesa, malferida em sua vida espiritual, ao ponto de ir-se esterilizando mentalmente, toda a seiva corrompida por cerca de trinta anos de opressão e misérias inomináveis.

Mas a onda de protestos e repulsa avolumou-se de tal forma que, afinal, os quatro ilustres portugueses, que honrariam qualquer país, viram abertas as portas gradeadas, ferozmente vigiadas pelos esbirros da polícia ditatorial para que Jaime Cortesão, António Sérgio, Azevedo Gomes e Vieira de Almeida pudessem deixar as masmorras do Forte de Caxias, onde não estavam presos, assim o jura Salazar, o homem que nunca mente porque a mentira é pecado, mas apenas detidos para prestar declarações...

Apesar do Brasil ter reagido às prisões com uma prontidão e uma energia que deixaram o sr. Oliveira Salazar desconcertado, apenas um jornalista, ao que sabemos, Luís Martins, nas colunas de "O Estado de S. Paulo", aflorou ao de leve o motivo verdadeiro que levou o seráfico professor de Coimbra a meter na cadeia quatro intelectuais, dos maiores que Portugal possui.

Muita gente manifestou surpresa ante as razões que a polícia, em telegrama para o Brasil, apontava como explicativas da violência praticada pelo governo do Estado Corporativo: os presos tinham assinado um manifesto subversivo. Aconteceu, no entanto, que alguns jornais publicaram

posteriormente, o manifesto e ficou demonstrado que este não continha absolutamente nada de subversivo. Mas havia no texto algo de bem mais grave aos olhos do "homem forte": uma alusão à sra. Christine Garnier e à influência que teria exercido na vida portuguesa. Foi a citação do seu nome que levou aos calabouços da Polícia Política Jaime Cortesão e os seus companheiros de infortúnio.

O caso merece algumas linhas. Quase todos os brasileiros consideram o sr. Salazar um misógino impenitente. O que só em parte é exato. O ditador luso, apesar dos seus hábitos monásticos, não é insensível aos encantos do convívio, intelectual ou não, de certas mulheres. Mais de uma vez, o nome de uma grande dama da aristocracia portuguesa apareceu ligado ao seu durante os anos que se seguiram à guerra. A hipótese de um casamento que assombraria a Europa chegou a ser ventilada. Mas o asceta venceu o homem... Provisoriamente, note-se. Um dia, há uma meia dúzia de anos, apareceu em Lisboa uma obscura jornalista francesa com o propósito de escrever um livro sobre o ditador que se orgulhava de ser o discípulo dileto de Charles Maurras. Chamava-se Christine Garnier, fora lançada em Paris — mais pelos seus dotes físicos do que pelo talento — e reunia todos os requisitos necessários para desagradar à primeira vista a um intelectual frio e duro como Salazar. Bela, de um louro quente, olhos grandes e sensuais, ondulosa nas formas e picante na linguagem, possuía todos os atrativos superficiais que caracterizam as mulheres futeis. Mas, contra tudo o que seria de esperar, o desgracioso, incorruptível e autoritário beirão deixou-se cativar pela explosiva beldade balzaquiana que atravessara os Pirineus para o conhecer, intoxicando-se pelos amavios perigosos de uma paixão serodia. A tal ponto, que a deixou penetrar na sua intimidade de proprietário rural do Vimieiro, revelando-lhe aspectos da sua personalidade que nem aos seus mais queridos amigos deixara entrever. Datam de então os passeios ao luar, as longas conversas em que expõe à novel amiga os seus conceitos primários sobre o papel da mulher na sociedade, as fotos em que ele amorosamente deitado a seus pés a olha enlevado, feliz...

A sua ternura pela mulher que lhe entrara abruptamente na existência, levando-o a alterar hábitos de meio século, perturba-o a tal ponto que autorizou fosse traduzido para o português o livro de uma mediocridade confrangedora — Vacances avec Salazar — em que a loira Christine revela ao mundo um Salazar ridículo, embriagado pelas suas graças de mulher capifosa. Portugal inteiro riu divertidamente com a novela lírica, lançada numa versão revista cuidadosamente pelo próprio Salazar...

Convém, no entanto, esclarecer, para desfazer possíveis dúvidas, que entre ambos tudo permaneceu nos limites de uma "amitié amoureuse" bem (continua na página 8)

Jaime Cortesão: o heroísmo sem alarde

Adolfo Casais Monteiro

A falsificação dos fatos, desnaturando por completo os valores mais elementares, confundindo, trapeçando, lançando acusações que não há forma de contestar, porque todas as formas de defesa estão vedadas — eis um dos princípios em que assenta a organização política que domina Portugal desde 1926. Só aqueles em cujo espírito existe um esquema da vida nacional, da sua verdadeira natureza, estão em condições de livrar o seu espírito da intromissão de falsas noções, de se defender da intensa propaganda oficial da mentira, de reconstituir, por entre as omissões, os silêncios e as deturpações transmitidas comodamente pelas agências noticiosas, a verdadeira face dos acontecimentos.

Por isso se ignora em geral, no Brasil, o heroísmo de que está cheia a história destes trinta e tantos anos de resistência à ditadura, e com frequência se supõe, ou que ela foi recebida de braços abertos por toda a gente, há trinta e dois anos, ou que nunca se fez nenhum esforço sério para a derrubar. A verdade é precisamente o oposto; e tanto assim é que, menos de um ano depois da ocupação do poder pelos militares, outros militares, juntamente com civis, faziam a primeira tentativa armada para o desalojar.

Vitoriosa numa parte do país, a sublevação acabou por ser dominada; mas o Porto resistiu enquanto isso foi possível, até que o cerco impôs a rendição; e é desse breve período que guardo a primeira imagem de Jaime Cortesão, no quartel-general dos revolucionários onde alguns estudantes se tinham ido oferecer para lutar a seu lado. Era a primeira vez que o via, e longos anos se passariam antes que o estudante de 17 anos pudesse encontrar-se com o herói exemplar — precisamente para lhe lembrar o episódio, e dizer-lhe o que a sua figura e o seu exemplo significaram, durante todos aqueles anos, para a nossa resistência à tirania.

Mas... "quem" era Jaime Cortesão, quem era Sarmiento Pimentel, quem era Antonio Sergio etc., etc., para todos aqueles que, abrindo os olhos para a realidade depois dessa data, só sabiam da vida nacional o que consentia em lhes dizer uma imprensa, empenhada em fazer causa comum com a falsificação oficial, ou impossibilitada de a desmascarar? E assim, a pouco e pouco, foi-se constituindo uma vida nacional secreta, com muitos dos nomes mais notáveis tornados, para grande parte da população, meros desconhecidos, já que nem sequer a morte os salvava do silêncio. Porque nem na morte o Estado Novo foi capaz de respeitar os que o tinham combatido, e se empenhou, como se mesmo cadáveres ainda lhe metessem medo, a abafar de todas as maneiras a repercussão que, por tal motivo, fôsse dada ao seu nome. Fez mais, mais repugnante: deu-lhes acompanhamento de polícia até descerem à terra, impondo até o percurso que o enterro tinha que seguir; não esquecerei nunca a descida ao túmulo de Bento de Jesus Caraça, com policiais armados em volta, aos magotes — pareciam com medo que o mais pacífico dos homens que conheci fôsse levantar-se até ao último momento do caixão, e falar à multidão silenciosa que lhe acompanhara o cadáver.

Esse governo que quis "roubar" o prêmio Nobel de medicina dado a uma figura ilustre da oposição, quase proibindo os jornais de no-

ticiar o fato, não admira quisesse roubar as últimas homenagens aos grandes mortos, e que o tenha feito com tão aviltante aparato policial como no caso de Bento Caraça, nos de Abel Salazar, e de outros, de muitos outros.

Mas não estamos falando de mortos, mas sim de vivos, felizmente: vivos são Jaime Cortesão e Antonio Sergio, que foi companheiro do primeiro na revolução atrás referida. E se o nome destes não caiu no esquecimento, foi porque uma obra os impôs, apesar de todos os esforços em contrário, ao conhecimento, e à inevitável admiração das gerações mais novas, de nada tendo servido cobri-los de insultos, prendê-los, forçá-los ao exílio, porque sua obra falava mais alto, e destruiu por si só as calúnias.

Contudo, eles teriam continuado a ser grandes homens públicos como outros o teriam vindo a ser, se o fascismo não tivesse alterado totalmente a representação do País reduzindo-os à inatividade política. Era fácil condenar a república, quando as maiores figuras que a podiam representar se encontravam, quando não na cadeia ou no exílio, reduzidas a uma vida de silêncio forçado. E por isso não admira que, mesmo no Brasil, salvo para reduzido número de pessoas, se possa ter suposto, devido ao silêncio imposto aos e feito em volta dos impenitentes oposicionistas, que não existia uma vida nacional secreta ao longo da qual, apesar de tudo, o País realmente "existia".

Comecei este artigo pensando, precisamente, em responder à pergunta, que ouvi a varias pessoas, e que chegou a ser escrita, a propósito da recente prisão do grande historiador: "Mas por que não se deixou ele ficar no Brasil, onde tinha a liberdade assegurada?" Ora, eu acho conveniente responder que por esta razão simples: não haver motivo para que um herói deixe de ser, mesmo aos 74 anos, e porque tinha continuado a sê-lo, na Espanha, na França — e aqui mesmo.

Não esqueçamos que qualquer destes heróis, que nomeei, e a multidão dos que não nomeei, podiam estar tranquilamente em suas casas. Bastava um pequeno gesto de condescendência para com o regime do sr. Salazar. Tanto os que pegaram em armas como os que dedicaram sua atividade, como Antonio Sergio, à parte civil da luta revolucionária. Porque o seu heroísmo não foi tanto, acho eu, o dos momentos em que participaram de revoluções, mas o da vida inteira a resistência por todas as formas possíveis, quando bastaria dar-se por vencidos para terem, pelo menos, a tranquilidade. Pois é na recusa desta que eu vejo o seu maior heroísmo. Como também, no caso dos homens de pensamento, em nunca terem admitido a separação da sua obra e da sua ação, de nunca terem achado que aquela bastava como contribuição a seu país, e que tinham de lhe dar também o risco constantemente suspenso sobre as suas cabeças.

No seu livro *Portugal Oprimido* conta o ex-oficial Fernando Queiroga o assassinato do médico Ferreira Soares, morto pela polícia em circunstâncias particularmente revoltantes. Mas... quem sabe que Ferreira Soares foi um dos espíritos mais brilhantes da sua geração, um escritor que mal chegou ao público, mas do qual alguns

Apelo ao exército

Entre as centenas de panfletos que circulam clandestinamente em Portugal, conta-se um manifesto intitulado "O Salazarismo é incompatível com o prestígio das Forças Armadas", o qual, circulando nos meios militares, historia longamente alguns dos desmandos de Salazar. Na impossibilidade de o transcrevermos na íntegra, por falta de espaço, reproduzimos o último parágrafo: "Apelamos para a consciência, o patriotismo, o brío e a dignidade de todos os militares. Têm uma missão a cumprir e uma dívida a saldar. Preparem-se para todas as eventualidades se os altos comandos não quiserem resolver pacificamente a gravidade do atual momento nacional. A Pátria exige de vós disciplina, e a disciplina existe só para servir a Pátria".

amigos, como eu, podem atestar que seria hoje uma figura excepcional nas nossas letras? Quem sabe o que teriam sido todos os heróis obscuros, liquidados das mais diversas maneiras nestes trinta e tantos anos de perseguição incansável?

Por isso eu protesto quando ouço dizer que Salazar adormeceu a consciência do povo português. Estar adormecido não é estar adormecido. E é preciso compreender-se que, quando um Jaime Cortesão se decide pelo regresso à pátria, isso não é uma abdicação, mas o maior ato de coragem do homem que o faz sem prestar vasalagem ao ditador, e correndo todos os riscos que isso implica. Para um velho lutador, pode haver algo mais importante, num certo momento, do que a sua obra e a sua liberdade. Participando ativamente na luta, depois de seu regresso a Portugal, Jaime Cortesão tornou-se mais do que nunca eredor da nossa admiração e do nosso respeito. E' o mesmo homem que há 31 anos comandava no Porto o exército e o povo sublevados.

(De "O Estado de S. Paulo" 14-XII-58.)

BILHETES PAULISTANOS

Augusto de Castro em visita ao Brasil - Um dos maiores salários do Portugal de hoje - Embora o Santos não tenha vencido o S. Paulo anteontem, uma bola de ouro!

S. Paulo, 19 — Dizem — ou pelo menos se noticia — que o antigo embaixador Augusto de Castro diretor do "Diário de Notícias" de Lisboa, foi convidado a visitar o Brasil nos meados do ano próximo. Vem aqui o homem para inaugurar algumas coisas, e ser paraninfo de outras, não sei bem o quê. Nunca andei por Portugal, a não ser horas breves, mas já ouvi contar muitas coisas engraçadas desse cidadão, que já anda na idade provecta. Um grande e famoso "play boy", que passou sua predileção pelas grandes festas, pelas reuniões alegres, foi embaixador de Portugal em Vichy, junto ao marechal Pétain, durante a guerra. Sua fama de homem dado às delícias da vida, aos versos e à literatura académica é conhecida em meia Europa. Cronista que se dedica aos trocadilhos, para os quais tem um dom todo especial, só perde a calma quando escreve editoriais a ripar os soviéticos, o que faz com ódio no coração e baba na boba. Pois este homem é uma figura que deve ser conhecida e até tocada por todos os brasileiros e portugueses que aqui estiverem quando ele aportar no Rio, bem vestido, bem escovado, carregando seus setenta e tantos anos, seus trocadilhos e as belas mulheres que leva a tiracolo.

Tocá-lo será, aliás, difícil. Ele é um dos maiores salários de Portugal moderno: esse degustador de bons vinhos, além de ser diretor do "Diário de Notícias" (jornal de maior tiragem em território lusitano) é administrador das Companhias Reunidas Gás e Eletricidade; administrador da Sociedade Estoril (jogo cartado, roleta, hotel); administrador da Companhia de Cimentos Secil; administrador da Companhia dos Telefones; administrador da Companhia de Siderurgia. Esse "play boy" brincalhão, trocadilhista, amigo do regime, tem vencimento mensal de 180 contos portugueses, o que, traduzido para brasileiro, cruzeiros, dá a módica importância de 900 mil cruzeiros por mês.

Vale a pena conhecer o embaixador Augusto de Castro. Meia hora com ele (uma das meias horas mais caras da Europa, em matéria de assalariados), vale um mês de diversão.

Diversão ou não, ontem, o Santos não conseguiu derrotar o S. Paulo, apesar do Pacaembu estar transformado num mar e o meio líquido, em teoria, deveria ter favorecido os santistas. Mas a glória do Santos, o brilho do Pelé, não vão desaparecer por isso. Mesmo sob a chuva, e no terreno enlameado, o menino Pelé jogou e marcou duas vezes, batendo o recor-

Livros Novos

"Portugal oprimido", pelo cap. Fernando Queiroga

O homem que, do Porto, conduziu até à Mealhada as forças do Regimento de Cavalaria n.º 6, numa tentativa para derrubar o regime ditatorial de Salazar e à qual deviam juntar-se outras forças militares aquarteladas em diversos pontos do País, acaba de escrever um livro em que recorda, pormenorizada e documentadamente a sua ação revolucionária.

Esse homem de coragem chama-se Fernando Queiroga e o livro, lançado ao público pela "Editora Germinal", do Rio, tem o título significativo de "Portugal Oprimido". Porém, a obra não tem apenas o mérito de revelar publicamente, pela primeira vez, os meandros do que foi o movimento de 10 de Outubro de 1946, pois história longamente outros acontecimentos que iluminam singularmente a tétrica figura do chefe fascista que ilegalmente orienta os destinos dos portugueses.

O livro do capitão Fernando Queiroga — escreveu no prefácio o distinto escritor brasileiro, dr. Paulo Duarte — é mais do que um depoimento, é um libelo. A documentação que produz, os factos irretorquíveis que narra, constituem mais um elemento decisivo no processo contra Salazar. Este homem, que passou a vida misti-

ficando o mundo, cuja publicidade, paga com dinheiro português, procurou até agora apresentá-lo, aliás com certo êxito, como um desses governantes paternalistas, bom cidadão e bom cristão, começa agora a surgir tal qual sempre foi: uma dessas figuras diabólicas, ávidas de poder, odientas, implacáveis e messiânicas, cheias de recalques que talvez expliquem a sua hipocrisia torva e a maldade mórbida, colocadas a serviço de um malvado fanatismo.

Com efeito, Fernando Queiroga, mesmo quando fala das suas atividades anti-fascistas, não se limita a descrever a conjura de que foi, afinal, o mais destacado protagonista: evoca as reações dos sem companheiros de luta, analisa os acontecimentos que tão de perto viveu, desmascara os processos tortuosos da "justiça salazarista" e critica, com verdadeiro conhecimento de causa, as razões por que sobrou o movimento militar que tinha como objetivo a restauração da Democracia em Portugal.

O livro está dividido em três partes essenciais, a primeira consagrada a "O terror como sistema de governo", na qual se denuncia o mito de Salazar; quanto ao capítulo seguinte, Fernando Queiroga intitulou-o objetivamente: "O meu depoimento sobre as tentativas, em que tomei parte, para a derrubada do fascismo em Portugal"; finalmente, a última parte é constituída por documentos valiosos para o estudo futuro da ditadura luso-fascista.

Com um rigor testemunhal, o capitão Queiroga fala ainda no seu livro das terríveis prisões por onde passou, desde o Aljube ao Forte de Peniche, à "Fortaleza da Morte", em Angra do Heroísmo, e ao Tarrafal, e bem assim das torturas infligidas pelos esbirros da PIDE aos prisioneiros que caíam em suas mãos assassinas.

Ao terminar a leitura de "Portugal Oprimido" tem-se a sensação de sair de um pesadelo — o terrível pesadelo em que vivem os portugueses depois que o ex-seminarista de Santa Comba tomou conta do poder e passou a comandar o País de Camões a chicote e a tiro. Recomendamos vivamente a leitura do livro do capitão Fernando Queiroga a todos os democratas portugueses, e de modo especial a quanto defendem ainda o "paraíso salazarista". "Portugal Oprimido" encontra-se à venda nas principais livrarias do Brasil ou a "Editora Germinal", Caixa Postal 142, Agência Postal da Lapa, no Rio de Janeiro.

OS AMORES...

(continuação de pág. 7)

platônica, bem dorida, como devia ser. Frustrado que sempre fôra, Salazar não ousou ultrapassar certas fronteiras e tentar uma experiência que lhe podia deixar o travo amargo de uma grande desilusão, ou, talvez, quem sabe, até humanizar um pouco essa figura dolorosamente recalçada e torva de inquisidor cruel.

De Christine conservou a lembrança de uma deusa louca — não lhe deu êle aposentos reais no Hotel do Bussaco? — a recordação de um romance não vivido, cujas páginas iniciais o marcaram indelévelmente. Ela, despreocupada, boêmia, mais dada à leitura de Lawrence do que a de Platão, breve o esqueceu no vendaval de uma existência agitadaíssima, depois de arrancar ao velho asceta a matéria-prima necessária à sua vaidade de escritora menor...

Como poderiam, pois, os quatro intelectuais aludir a "essa mulher", como lhe chamou, certo dia, um jornalista português (elogiando-a, está claro) sem despertar as iras do Romeu encanecido e insolável ainda que se oculta por detrás da fachada carrancuda do sr. Oliveira Salazar?...

Desta vez, pode-se dizer que os intelectuais portugueses não foram vítimas da ditadura, mas de Cupido...

("Anhembi", Janeiro de 1959).

Portugal Democrático

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Caixa Postal 5294
São Paulo

Diretor-Responsável:
OTAVIO MARTINS DE MOURA

Expediente

Duas vezes: das 19 às 22 horas
Sábado: das 15 às 18 horas
Assin. anual 30,00
Assin. especial . . 100,00
Número avulso . . 3,00

A ditadura salazarista comentada em "O Semanário"

Nos seus números de 4 e 11 de Dezembro, "O Semanário", do Rio de Janeiro, publicou uma extensa entrevista concedida pelo sr. General Humberto Delgado a um enviado especial daquele jornal, além de fazer "Considerações em torno do salazarismo" em dois magníficos artigos da autoria de Oliveira Pio. "Portugal Democrático", na impossibilidade material de transcrever a entrevista e os comentários, aproveita a oportunidade para agradecer aos dirigentes de "O Semanário" o interesse que vêm dedicando à causa da Democracia Portuguesa.

LEITOR DA METRÓPOLE

"PORTUGAL DEMOCRÁTICO" é uma tribuna ao serviço da liberdade. Promover a sua expansão é prestar um serviço à causa de todos nós.

AOS DEMOCRATAS PORTUGUESES DO BRASIL

Chegou ao nosso conhecimento que diversas pessoas que se dizem portuguesas estão entendendo angariar subsídios que dizem destinados ao movimento de oposição ao governo fascista de Salazar. Avisamos todos os nossos amigos de que, além dos nomes das individualidades que assinam em regra os comunicados dos organismos que no Brasil se opõem à ditadura de Salazar, ninguém, a não ser que se encontre devidamente credenciado por tais organismos, está autorizado a receber quaisquer donativos, para a Oposição Democrática.